

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO
ALAMEDA EZEQUIEL DIAS Nº 45
AVENIDA DOS ANDRADAS Nº 1120
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.127798/01-14

CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Dezembro de 2023

Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Eliane Parreiras

Secretária Executiva do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

Luciana Rocha Féres

Diretor de Patrimônio Cultural

Carlos Henrique Bicalho

Gerente de Monitoramento e Gestão do Patrimônio Cultural

Mariana Guimarães Brandão

Equipe técnica responsável pela elaboração do Dossiê

Letícia Dias Schirm - Historiadora

Riane Ricceli - Arquiteta e Urbanista

Revisão Final

Carlos Henrique Bicalho - Arquiteto Restaurador

Mariana Guimarães Brandão - Arquiteta Restauradora

Diretor de Patrimônio Cultural
Carlos Henrique Bicalho

Gerente de Monitoramento e Gestão do Patrimônio Cultural
Mariana Guimarães Brandão

Gerente do Conjunto Moderno da Pampulha
Janaina França Costa

Apoio ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte
Fernanda Mendonça Santos Impellizieri

Equipe técnica da Diretoria de Patrimônio Cultural

Alan Oziel da Silva Pires
Ana Carolina Chaves Lemos
Anielle Kelly Vilela Freitas
Bárbara Rabelo
Bruna Aparecida Mendes Sa
Camila Ciccarone Tangerino
Erica Mendonca Pereira
Guilherme Augusto de Souza
Jaudemir Ribeiro de Carvalho
Laura Beatriz Lage
Letícia Dias Schirm
Luciana Meinberg de Carvalho Teixeira
Luiza Alana
Marco Antonio Silva
Maria Helena de Rezende Costa
Nayara de Castro Maciel
Renan de Castro Costa Homem
Riane Ricceli do Carmo Sossai
Teodoro Magni
Valeria Nogueira Diniz
Vanessa Taveira de Souza

Sumário

1 – Considerações Iniciais	5
2 - Política de Patrimônio Cultural	6
3 - Histórico do Município de Belo Horizonte	10
3 -1 - Nos Tempos do Arraial	10
3 - 2 - A luta pela mudança da Capital	11
3 - 3 - A Construção da Cidade.....	12
4- Ocupação, Evolução Urbana e Cultural de Belo Horizonte.....	21
4 - 1 - Os Primeiros anos	21
4 - 2 - As Primeiras Três Décadas da vida na Cidade.....	22
4- 3 - Os anos 1940 e 1950: surgimento de uma metrópole moderna	24
4 - 4 - Anos 1960 e 1970: o progresso avança pela cidade.....	26
4 - 5 - Dos anos 1980 aos dias atuais.....	28
5 - Conjunto Urbano Avenidas Carandaí, Alfredo Balena eAdjacências.....	30
5 - 1 - Entorno do Bem Cultural	33
6 – O bem cultural: Alameda Ezequiel Dias, 45 e Avenida dos Andradas, 1.120	36
6 - 1 - Caracterização histórica	36
6 - 2 - Caracterização arquitetônica e de bens integrados.....	40
6 – 3 – Bens móveis.....	66
6-3.1 – Mobiliário de Sérgio Rodrigues	66
6-3.2 – Mobiliário de Jorge Zalszupin.....	68
6-3.3 – Mobiliário de Mies van der Rohe.....	71
6-3.4 – Tela de Álvaro Apocalypse	73
6-3.5 – Tela de Petrônio Bax	75
7– Justificativa para o Tombamento.....	76
7- 1 - Quadro de Significância.....	79
8 – Diretrizes de Preservação e Intervenção	80
Referências Bibliográficas	82

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Conjunto Urbano Avenidas Carandaí – Alfredo Balena e Adjacências foi protegido pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH em 1994, conforme Deliberação nº 03. Em 2001, a delimitação do conjunto e suas diretrizes de proteção passaram por uma revisão, o que culminou na Deliberação nº 006/2001 publicada no Diário Oficial do Município - DOM em 04 de dezembro de 2001. Por fim, por meio da Deliberação 01/2005, foram retificadas diretrizes de proteção e mapeamento cultural dos conjuntos urbanos protegidos da área central e área hospitalar, onde inclui-se o conjunto em epígrafe.

Os bens culturais situados à alameda Ezequiel Dias nº 45 (lote 003, quarteirão 034A, I Seção Urbana) e avenida dos Andradas, 1120 (lote 004, quarteirão 034A, I Seção Urbana) foram incluídos como bens de interesse cultural dentro do Conjunto, com processo de tombamento individual nº 01.127798/01-14.



Mapeamento cultural com destaque em vermelho para os bens culturais. Fonte. DIPC, 2023.

Diante do exposto e no intuito de explicitar os valores de significância cultural dos quais são imbuídos os imóveis em epígrafe, esta DIPC submete o presente dossiê de tombamento à análise e deliberação, subsidiando a definição do seu grau de proteção e estabelecendo suas diretrizes fundamentais de proteção e intervenção, conforme estabelecido pela Lei 3.802/84 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.

2- POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A visão da preservação abrangendo conjuntos e centros urbanos e não apenas o objeto arquitetônico isolado começou a ser considerada em todo o mundo a partir das grandes reformas urbanas no século XIX. A origem dos conceitos atuais de "patrimônio urbano" liga-se ao arquiteto e urbanista italiano Gustavo Giovannoni, que em 1931, na obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*¹, reconhece o valor estético e histórico das partes antigas das cidades e a relação de complementaridade que têm com as partes novas.

As recomendações contidas na “Carta de Atenas” de 1931 sobre a proteção de monumentos e sítios urbanos, baseadas nos conceitos de Giovannoni, serviram, dos anos 1930 até os anos 1970, como suporte para as ações de proteção. No Brasil, em 1937, o Decreto-lei nº 25 organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na época, prevaleciam as ações de preservação de áreas urbanas bastante homogêneas, de estilo colonial, sendo frequentes, inclusive, os “retoques” para a eliminação de detalhes arquitetônicos pertencentes a tendências estilísticas ecléticas, estranhas ao padrão colonial.² A valorização das raízes nacionais e as consequentes ações de proteção do patrimônio cultural harmonizavam-se com os interesses do poder político central, representado inicialmente pelo Estado Novo e depois, nos anos 1970, pelos governos militares, os quais usaram a ideia de preservação para a promoção da integração nacional e do turismo regional.

Nos anos 1970 promove-se uma nova e abrangente visão de patrimônio, reconhecendo-se o valor dos bens intangíveis. Recuperava-se, portanto, a ideia original de Mário de Andrade que, mesmo antes do Decreto-lei nº 25, considerava como bens a serem preservados as chamadas manifestações intangíveis, como a maneira de preparar uma comida, costumes, manifestações folclóricas etc.

A consolidação dos conceitos ligados à memória e ao patrimônio é resultado da formulação de ideias e apresentação das experiências dos países participantes dos vários encontros internacionais sobre a proteção ao Patrimônio Mundial, promovidos pela UNESCO. Em tais encontros produziram-se documentos referenciais, entre os quais cita-se

¹ GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

² Ressalte-se que no Brasil houve uma forte vinculação entre as ideias de preservação e o movimento moderno brasileiro e, assim como em outros países da América Latina, a arquitetura moderna é influenciada pelos códigos formais oriundos da arquitetura colonial. Os modernistas, também pioneiros das ideias de preservação no Brasil que condenavam a presença de elementos ecléticos no tecido colonial, admitiam, no entanto, a inserção de obras modernas neste mesmo tecido, como é o caso do Grande Hotel de Ouro Preto e de Diamantina, de Oscar Niemeyer, demonstrando o grau de flexibilidade com que no Brasil se entendeu a ideia de homogeneidade estilística dos conjuntos urbanos, preconizada Giovannoni.

a Carta de Veneza, de 1964; a Declaração de Amsterdã, de 1975; a Recomendação de Nairobi, de 1976; a Declaração do Conselho da Europa, de 1978; a Carta de Toledo, de 1987 e a Conferência de Helsinki, em 1996.

A partir dos anos 1980, baseando-se nos conceitos da Carta de Amsterdã de 1975, há uma revisão conceitual propondo-se uma leitura acurada da diversidade arquitetônica existente nos lugares e das marcas que os processos históricos deixam no espaço, questionando-se a ideia vigente da valorização prioritária da homogeneidade estilística e o antagonismo entre “velho” e “antigo”. Assim, o espaço urbano é considerado como referencial simbólico e, em termos arquitetônicos, considera-se que não somente o patrimônio colonial, mas todas as intervenções estilísticas e períodos históricos têm interesse para a preservação, sempre que reforcem uma ambiência e contribuam para a coesão e manutenção dos valores identificados em um conjunto urbano. Neste sentido, considera-se que o que deve ser lembrado ou esquecido, preservado ou desaparecido não se liga necessariamente a acontecimentos e pessoas consideradas notáveis, mas a todas as manifestações sociais. Segundo Maria Beatriz Silva:

... tanto o exercício da memória, quanto a formação da identidade são, a nível individual, capacidades humanas, como andar, comer, dormir; porém, quando tomadas coletivamente, passam à categoria de direitos a conquistar, aos quais o maior obstáculo parece ser o interesse individual ou corporativo..³

De fato, afirma Márcia Santianna:

Esse novo conceito de cidade-documento justificou, assim, ao longo de toda a década de 80, a proteção de áreas urbanas sem grande interesse artístico ou estético, portadoras de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já bastante fracionados, mas que tinham muito a dizer sobre a história urbana do país. Os critérios de intervenção praticados anteriormente sofrem duras críticas nesse período, em favor de uma abordagem mais histórica e menos estética do patrimônio urbano.⁴

Em Belo Horizonte, desde 1994, a concepção de bem cultural da Carta de Amsterdã vem fundamentando as políticas de proteção do patrimônio, que se baseiam em conceitos de conjunto urbano e ambiência. Os **conjuntos urbanos** são agrupamentos de construções e espaços dentro da cidade onde se reconhece um grau expressivo de coesão e valores estéticos, arquitetônicos, socioculturais e históricos.⁵ Os conjuntos urbanos, como manchas,

³ SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na Gestão das Cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N - Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. N.º 24.

⁴ SANTIANNA, Márcia, Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> em 27 de março de 2004.

⁵ A Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Nairobi em 26 de novembro de 1976, considera: “conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de

têm sua abrangência espacial definida por estabelecimentos, edificações referenciais, espaços polarizadores ou ambiências características, entendendo-se por **ambiência** o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles vincula-se de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais⁶. De fato:

(...) É importante ressaltar que essa ambiência pode incluir bens culturais dos mais variados usos, como residências, casas comerciais, instituições públicas, áreas verdes e de lazer. Essa pluralidade também se expressa nas opções construtivas que podem abranger desde ricos projetos arquitetônicos, como também edificações mais modestas, erigidas a partir do desejo de seus respectivos proprietários. Considera-se que em ambos os casos estão expressas visões de mundo, experiências de vida, enfim, história rica em informações culturais que criam laços de pertinência e identidade do homem e sua cidade.⁷

Durante os estudos para a definição da proteção dos conjuntos urbanos é registrado o cenário urbano com suas especificidades internas e sua relação com as referências externas. Tem-se adotado para a análise dos usos e apropriações do espaço, cinco categorias adotadas originalmente nos estudos de antropologia urbana realizados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, do Núcleo de Antropologia Urbana NAU/USP. Essas categorias são a mancha urbana, os pedaços, os trajetos, os pórticos e os circuitos.

A mancha é um espaço estável, claramente demarcado e com limites físicos, identificáveis pelos imaginário dos usuários. Acontece no entorno de edificações e equipamentos polarizadores ou que se complementam. Pode-se considerar o conjunto urbano como uma grande mancha que pode abrigar ou sobrepor-se a outras manchas.

O pedaço é onde ocorrem práticas sociais ritualizadas. São delimitações espaciais com limites fluídos, pois não são constituídas apenas pelo território, mas pelo território e pela rede de relações sociais. As relações sociais em um pedaço não são tão formais como as impostas pela sociedade nem tão íntimas como as que ocorrem no espaço da família, embora evoquem laços familiares, de vizinhança, de origem e outros. Nessa categoria a componente simbólica é marcante.

O trajeto é a via, rua ou caminho que atravessa as manchas e os pedaços. Nele ocorre uma apropriação relacionada à aos fluxos de pessoas e veículos, diferente do uso que ocorre nos pedaços e nas manchas.

O pórtico pode aparecer ao longo dos trajetos. São espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram como transições, passagens ou fronteiras entre manchas ou pedaços.

O circuito é a categoria que não se atém à continuidade espacial. Descreve o exercício de uma prática ou a oferta de serviços em estabelecimentos, equipamentos e espaços que podem estar distantes espacialmente, mas são reconhecidos pelos usuários como apropriados e prediletos: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito dos salões de dança, dos antiquários, etc.

Nos estudos do patrimônio cultural, as categorias de da antropologia urbana de Magnani auxiliam como instrumentos para a contextualização e para a leitura do espaço, somando-se às avaliações de caráter histórico, arquitetônico ou afetivo. Nessas análises são realizadas fichas de inventário nas quais

pontua-se as edificações de interesse para preservação em função de serem referenciais ou polarizadoras em uma determinada mancha urbana, de serem elementos ligados às práticas realizadas nos pedaços, de conformarem trajetos, além de sua importância enquanto portadoras de significados para a história do lugar, para a arquitetura de Belo Horizonte ou para a valorização do sentimento de pertencimento e da relação afetiva dos indivíduos e da coletividade com os lugares.

construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural”.

⁶ Definição contida na Recomendação de Nairobi op.cit.

⁷ Cartilha elaborada pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002.

3 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

3.1 - NOS TEMPOS DO ARRAIAL

Foi à procura de ouro que no distante 1701, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz chegou à serra de Congonhas. Em lugar do metal, encontrou uma bela paisagem, de clima ameno e próprio para a agricultura. Resolveu ficar: construiu a Fazenda do Cercado, onde desenvolveu uma pequena plantação e criou gado. O progresso da fazenda logo atraiu outros moradores e um arraial começou a se formar em seu redor. Viajantes que por ali passavam, conduzindo o gado da Bahia em direção às minas, fizeram da região um ponto de parada.

O povoado foi batizado de Curral Del Rei. Da serra de Congonhas mudou-se o antigo nome: é hoje a nossa Serra do Curral. Nossa Senhora da Boa Viagem, a quem os forasteiros pediam proteção, tornou-se padroeira do local. Aos poucos, o Curral Del Rei foi crescendo, apoiado na pequena lavoura, na criação e comercialização de gado e na fabricação de farinha. Algumas poucas fábricas, ainda primitivas, instalaram-se pela região: produzia-se algodão, fundia-se ferro e bronze. Das pedreiras, extraía-se granito e calcário. Frutas e madeiras eram vendidas para outros locais.

Com a decadência da mineração, o arraial se expandiu. Das 30 ou 40 famílias existentes no início, saltou para a marca de 18 mil habitantes. Elevado à condição de Freguesia, mas ainda subordinado a Sabará, o Curral Del Rei englobava as regiões de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (Esmeraldas), Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado, Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. Vieram as primeiras escolas, o comércio se desenvolveu. No centro do arraial, os devotos ergueram a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Esse ciclo de prosperidade, contudo, durou pouco. As diversas regiões que constituíram o arraial foram se tornando autônomas, separando-se dele. A população rapidamente diminuiu e a economia local entrou em decadência. Já no final do século passado, restavam mais de 4 mil habitantes. Sua rotina era simples e monótona. Começava cedo, no trabalho de casa ou na lavoura, e terminava às dezenove horas, quando muitos já começavam a se recolher. Durante o dia, a Farmácia Abreu era o ponto de encontro preferido para o bate-papo. À noite, as mulheres faziam novenas, enquanto os homens improvisavam um botequim no Armazém Esperança. De vez em quando, uma serenata fazia as janelas se abrirem. Apenas nos fins-de-semana o arraial ganhava vida, quando os moradores das

redondezas vinham ouvir a missa ou visitar parentes e fazer compras. Em datas especiais, o arraial tornava-se mais alegre: nas Festas Juninas, no Natal ou no Dia da Padroeira os festejos eram certos.

A Proclamação da República, em 1889, vem trazer aos curralenses a esperança de transformações. Para entrar na era que então se anunciava, deixando para trás o passado monárquico, aos sócios do Clube Republicano do arraial propuseram a mudança de seu nome para Belo Horizonte. Foi nesse clima de euforia que os mineiros receberam a notícia da nova construção da nova capital. Durante três dias o arraial se pôs em festa, com missa solene, discursos, bandas de música e bailes. Seus habitantes já sonhavam com modernização e o progresso que a capital traria para a região. Nem imaginavam que, nos planos dos construtores, não havia espaço reservado para eles.

Vistas do Curral Del Rey em 1896. Fonte: APCBH.



3.2 - A LUTA PELA MUDANÇA DA CAPITAL

A discussão sobre a mudança da capital mineira não surgiu no século passado; era, ao contrário, uma ideia muito antiga. A primeira tentativa de transferir a sede do Governo para uma cidade diferente de Ouro Preto data de 1789, quando os inconfidentes planejaram instalar a capital de sua república em São João Del Rei. Depois disso, mais quatro tentativas foram feitas, todas fracassadas. A questão só veio a ser considerada após a Proclamação da República. Só que dessa vez, não se tratava de uma simples transferência, mas a construção de uma nova cidade.

Uma série de fatores favoreceu a ideia de mudança. Em primeiro lugar, para se destacar no novo cenário republicano, Minas Gerais precisava mostrar-se politicamente unida e forte. A construção de uma nova capital, localizada no centro geográfico do Estado, poderia facilitar o equilíbrio das diversas facções políticas que então disputavam o poder. Os republicanos também desejavam promover o progresso de Minas Gerais, tornando-o um Estado industrializado e moderno. A cidade de Ouro Preto não oferecia condições adequadas para o crescimento econômico esperado. Os transportes e as comunicações eram dificultados pelo relevo acidentado da cidade e as estruturas de saneamento e higiene não comportavam mais um aumento da população. A construção de uma nova capital, planejada de acordo com essas exigências era a solução para o problema do crescimento.

Um outro fator contribuiu para fortalecer a ideia de mudança. Ouro Preto, cidade histórica,

guardava em sua arquitetura uma série de símbolos e marcas do passado colonial que os republicanos queriam enterrar. Com suas ruelas e becos, suas igrejas barrocas e suas casas, porões e senzalas, a velha capital lembrava os anos da dominação portuguesa, das conspirações e da escravidão. Uma nova cidade, planejada segundo os valores modernos, seria o símbolo de uma nova era.

Em 1891, o presidente do Estado, Augusto de Lima, formulou um decreto determinando a transferência da capital para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene. Adicionada à Constituição Estadual, a lei provocou muitos protestos da população ouropretana. Os mineiros dividiram-se entre os "mudancistas", favoráveis à nova capital, e os "não-mudancistas". Cada um desses grupos fundou seu jornal, promovendo reuniões e debates. O Governo Estadual, enfrentando essas disputas, criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade. O Congresso mineiro, a quem cabia a decisão final, votou a favor de Belo Horizonte. Assim, a 17 de dezembro de 1893, a lei n.º 3 foi adicionada à Constituição Estadual, determinando que a nova sede do Governo fosse erguida em Belo Horizonte, chamando-se Cidade de Minas.

No prazo máximo de quatro anos, a capital deveria ser inaugurada. A lei criava ainda a Comissão Construtora, composta de técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras. Em sua formação, estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do país, chefiados por Aarão Reis.

3.3 - A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Em fins do século XIX, a decisão de transferir a Capital mineira de Ouro Preto para a antiga região do Arraial do Curral Del Rei, ensejou o início de uma iniciativa inédita no País: a construção de uma cidade planejada. Em 17 de dezembro de 1893, foi promulgada pelo Governo do Estado a Lei nº III que aprovou o plano de Belo Horizonte e mudou o nome da capital, de Belo Horizonte para Cidade de Minas, que vigorou até 1901, quando retornou a denominação anterior.

Por meio do Decreto n.º 680, de 14 de fevereiro de 1894, foi criada a Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC. Este decreto também definia que a Comissão Construtora teria um prazo de quatro anos para conclusão das obras. Aarão Reis foi o engenheiro escolhido para chefiar a CCNC. No dia primeiro de março de 1894, foi instalada definitivamente a CCNC e já no dia cinco do corrente mês, fixada a primeira estaca. Estavam definitivamente iniciados os trabalhos da construção.

Aarão Reis, durante o período de sua administração, montou sua equipe e apresentou instruções minimamente detalhadas para execução das obras a serem iniciadas imediatamente, governando com austeridade o canteiro de obras em que se transformou o antigo Arraial. Foram iniciados os trabalhos de construção, com um grupo de 194 técnicos e funcionários. O trabalho foi dividido em seis seções de serviço da seguinte forma: Administração Central, Contabilidade, Escritório Técnico - responsável pela área de arquitetura, Estudo e Preparo do Solo e Subsolo, Viação, Edificação e Eletricidade.

A chegada da Comissão Construtora da Nova Capital ao Arraial do Curral Del Rei e o início das

obras transformaram irreversivelmente a paisagem deste último. Demolição de antigas casas, derrubada de matas, terraplanagem, abertura de ruas e o surgimento de novas edificações foram progressivamente definindo os novos contornos e feições da cidade que nascia.

O engenheiro, Aarão Reis, não chegou a concluir os trabalhos de construção da sonhada Capital. Logo após a posse do novo Governo, o Engenheiro Chefe se demitiu, assumindo os trabalhos, Francisco de Paula Bicalho.

Os trabalhos realizados por Aarão Reis como Chefe da CCNC foram indispensáveis, como projetos de todos os edifícios públicos; do parque central da cidade; da locação de todas as avenidas, principais ruas e praças; a terraplanagem da Avenida Afonso Pena e de outras; do início da execução de obras de abastecimento de água; a montagem de um postode meteorologia; a desapropriação de todas as casas e terrenos do arraial e imediações, os projetos e orçamentos de pontes; dos palácios presidencial, do congresso, da justiça, e das secretarias de Estado; desenhos da rede de triangulação geodésica e topográfica; a planta geodésica e cadastral do arraial e arredores; 370 plantas de casas e terrenos; 3 perfis-tipos das avenidas e ruas; plantas e perfis dos terrenos explorados para a captação e canalização das águas dos córregos Cercadinho, Acaba-Mundo e Serra; projetos dos reservatórios; do túnel; das calhas; das represas; das caixas de areia e detalhes; projeto das dependências do parque; mediação da base geodésica; determinação das altitudes de todos os tempos da cidade; preparo de viveiros para floricultura e arborização; assinatura de 101 contratos diversos; preparo da planta geral da Cidade.

Aarão Reis na sua saída apresentou a planta geral da cidade, que havia sido concluída em 23 de março de 1895, ao chefe do Estado,

É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Exc. A planta geral da futura ‘Minas’, destinada a ser a Capital do Estado. (...) Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do actual arraial, a área urbana de 8.815.382m, dividida em quarteirões de 120 m X 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carros e os trabalhos da colocação e reparos das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária, e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da cidade.¹⁵

¹⁵ Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895.

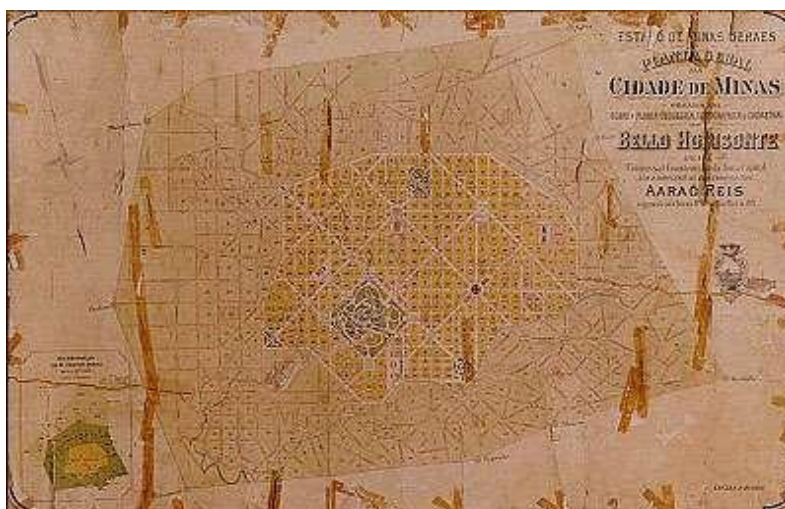
Assim, foi apresentada a cidade criada sobre as pranchetas dos maiores e melhores técnicos de que o país dispunha, naquela época. Era um planejamento fortemente influenciado pelos ideais positivistas, dentro do modelo de modernidade da época. Um planejamento que controlava, através do conceito urbanístico, as instâncias pública e privada da população.



Planta de Washington



Planta de la Plata



Planta de Aarão Reis para Belo Horizonte

Horizonte, a capital, criada nas pranchetas de Aarão Reis, foi pensada sob a ótica do positivismo, perspectiva científica que foi compartilhada por toda a sua equipe. O positivismo, se coloca como uma corrente convicta da inevitabilidade de um progresso evolutivo, e que, portanto, deveria ser guiado considerando-se a capacidade de alcance das previsões seguindo meios exclusivamente científicos e as condições corretas.

A planta de Belo Horizonte apresenta grande semelhança com as plantas de Washington e La Plata, com a diferença [...] “de que essas cidades têm um traçado em xadrez com as avenidas e ruas cruzando-se em linha reta. Aarão Reis optou por traçado em diagonal, dando a característica ímpar à nova capital de Minas”¹⁶. A planta da capital atenderia às necessidades de 30.000 habitantes e uma previsão que esta chegaria a ter um máximo de 200.000 no século XXI, numa visão bastante exagerada. Mesmo assim,

não deixa de ter uma orientação modernizante e ampla para a época, pois contava com uma superfície superior a 1900 hectares, com 100 metros por habitante. (...) O traçado xadrez vem da tradição americana e as perspectivas das vias de circulação e monumentalidade dos espaços provêm da tradição neoclássica e sobre tudo do modelo haussmaniano. Ao traçado geométrico das ruas em 90° sobrepõe-se em sistema de avenidas espaçadas que as cortam em ângulos de 45° - dispostas de modo a permitir o aproveitamento de ‘perspectivas e visões panorâmicas dos horizontes’, conforme ‘os aspectos luminosos das alvoradas e dos poentes’. Nos cruzamentos situam-se praças de dimensões e formas diferentes, ‘dando larguesa para o efeito arquitetônico dos edifícios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados’.¹⁷

O projeto original da cidade dividia uma área de 51.220.804 m² em 27 triângulos que passaram a ser designados secções. Com base nesse mapa, foram demarcadas as zonas urbana, suburbana e rural, cada qual destinada a desempenhar um papel específico na dinâmica orgânica de Belo Horizonte. O zoneamento funcionava como instrumento fundamental para o controle da cidade. Fixava, previamente, os seus limites; classificava e hierarquizava seus territórios, que deixavam de ser uma dimensão fluida e indefinida para setransformar em áreas delimitadas e imediatamente identificáveis.

Foi na zona urbana que o planejamento mais se destacou porque nela pode ser observada a simetria do traçado, ou seja,

(...) dupla malha ortogonal diagonalmente ajustada, com ruas e avenidas largas constituindo-se no espaço destinado à localização dos principais equipamentos coletivos e institucionais e pelo qual se inicia a implantação das infra-estruturas¹⁸.

A zona urbana, onde seria o núcleo central da cidade e estariam edificadas as principais instituições da Capital, era delimitada pela então avenida 17 de Dezembro, hoje, do Contorno, tendo como eixo principal a Avenida Afonso Pena. Neste local a topografia muitas vezes foi desafiada pelo plano proposto. Envolvendo a zona urbana, como um cinturão, a zona suburbana desenvolvia-se em terreno bem mais acidentado e o traçado foi melhor adaptado à topografia, as quadras e os lotes se desenvolviam de forma irregular e as dimensões eram maiores e as ruas mais estreitas. Finalmente, havia a zona rural, que circundava a suburbana e era destinada a sítios e pequenas lavouras, cuja produção destinava-se à Capital.

¹⁶ SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

¹⁷ SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987, p. 111.

¹⁸ Prefeitura de Belo Horizonte. Cenas de um Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1996. 2ª edição.

Portanto, em nome da ordem, do progresso e do moderno estabeleceram-se locais para todas as atividades necessárias ao funcionamento de uma cidade que se reivindicava símbolo da modernidade. As construções deveriam acontecer de acordo com as funções a que se destinariam. Foram previstas, repartições públicas nos cruzamentos e praças, o que conferia maior visibilidade a elas. A partir dos conceitos positivistas e higienistas foram setorizados os equipamentos coletivos: escolas, hospitais, estação ferroviária, matadouro, cemitério, estação de tratamento de água. Assim, foram determinadas as áreas onde seriam construídas as residências, os locais de trabalho, o comércio e o lazer, ou seja:

lugares na capital que pareciam reservados exclusivamente para um tipo de atividade ou grupo social.(...) O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano.¹⁹

Para atender a construção de edificações residenciais, a Comissão Construtora da Nova Capital idealizou as *casas-tipo*, seis modelos de habitação que deviam ser utilizados pelos funcionários do governo que seriam transferidos da antiga capital, Ouro Preto, e moradores da nova capital. Essas *casas-tipo* possuíam elementos arquitetônicos claramente ecléticos, sendo estes adaptados e imbuídos de um caráter regional: padronização e relação entre o número de janelas e o grau de ornamentação de sua fachada com a posição social do proprietário. O bairro dos Funcionários foi, por excelência, a área da cidade que mais conheceu essas edificações. Assim, dos 3.839 lotes da primeira região urbanizada, 417 foram destinados ao poder público, 553 aos funcionários públicos, 597 doados a proprietários de prédios em Ouro Preto, 114 doados a antigos proprietários de Belo Horizonte e 2.158 foram colocados à venda.

Tendo por epicentro o complexo da Praça da Liberdade, o bairro dos Funcionários era o "de maior extensão quilométrica e demográfica da cidade e considerado um bairro de certo gabarito social, porque naquela época, ser funcionário público significava uma promoção de classe na camada social"²⁰, sendo as casas nele edificadas "geralmente bem construídas, arejadas e elegantes."²¹ Como bairro planejado, dentro da zona urbana, nele foram empregados os recursos orçamentários possíveis, capazes de conferir-lhe uma

¹⁹ BH: horizontes históricos/ Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.]. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p.60

²⁰ LIMA, Benvindo, Canteiro de saudades - pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950). Belo Horizonte, 1996. Pág. 79.

²¹ Barreto, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva -história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1995, pág. 653

infraestrutura compatível com os preceitos higienistas e urbanísticos que fundamentavam a concepção da nova Capital. Considerada uma área nobre, seu processo de ocupação, entretanto, não se deu de modo homogêneo. Os funcionários públicos mais graduados instalaram-se em casas espaçosas e mais elaboradas arquitetonicamente, ocupando, primordialmente, os arredores da praça da Liberdade e da igreja da Boa Viagem. Aqueles do baixo escalão procuravam áreas menos valorizadas na cidade, onde construía residências mais modestas, principalmente na zona suburbana.

Podemos observar que a rua da cidade moderna se diferencia bastante da rua da cidade colonial, conhecida por todos até então:

Nas cidades coloniais, as vias funcionavam como uma extensão da casa. Um papel secundário compreensível numa sociedade patriarcal, escravista e eminentemente rural, cujo poder econômico e político estava confinado à órbita familiar. Daí o pouco destaque das ruas no cenário urbano, face ao seu uso restrito e à ausência de uma vida pública vigorosa.

A sua supremacia no traçado de Belo Horizonte assinalava um ajuste às novas demandas da vida moderna. Era um indício de um novo padrão de sociabilidade, voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano. Também as ruas e avenidas, com suas dimensões monumentais, constituíam verdadeiras artérias, apropriadas ao tráfego, à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos - lugares de trânsito e negócios. A construção da imagem da cidade associada à do movimento frenético e desimpedido de coisas e pessoas.²²

Na época do planejamento da nova capital, as classes populares não receberam por parte da CCNC nenhuma preocupação, o que demonstra ser o plano bastante excludente, como podemos observar na dissertação de Michael Le Vem:

... As ruas e avenidas, na época da fundação da cidade, eram tão largas que não eram lugares de encontro, eram lugares de tráfego. Isto mostra bem que o planejamento não é neutro, nem obedece a uma racionalidade moral ou ética. A planta da cidade é altamente classista, nela existe a preocupação de destinar a cada fração da população o seu lugar: grandes avenidas, poucas praças, poucos lugares de encontro, avenida de contorno que isola a cidade, uma zona-tampão que seria suburbana e depois a periferia. Foi uma planta realmente segregacionista e altamente classista, nesse sentido.

O planejamento depende do poder, faz o que as classes dominantes acham necessário que seja feito para que a estrutura do poder e a estrutura social sejam intocáveis.

(...) É, construir uma cidade não é só desenhar no papel. Imaginem o que é 'urbanizar' uma área acidentada, infestada de várias doenças e, principalmente construir uma série de palácios que exigem abundante

²² LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

mão de obra, desde o servente de pedreiro até o operário quase artista em decoração, pintura, escultura etc.

O fato de ser necessário trazer para cá mais de seis mil operários para construir a cidade fez estourar aquele plano. A burguesia teve que dividir o espaço físico com o resto da população que, afinal, era absolutamente necessária para ela.²³

Assim, Belo Horizonte, construída entre os anos de 1894 e 1897, era o símbolo maior da República de Minas. Esse foi o período necessário à CCNC, para demolir completamente o Arraial e construir a cidade que inauguraria uma nova era, ou seja, promoveu-se uma demolição em nome do progresso. A cidade planejada e idealizada começa sob a égide das contradições e dos conflitos que a envolveram desde o momento da decisão da mudança, passou pela escolha do local, da construção, da inauguração e dos assentamentos dos novos moradores. Um lugar onde a,

razão e a técnica somam-se no fundamento de um ideal de progresso que quer eliminar as contradições e recalcar o não racional.²⁴

(...)Para os membros do Estado moderno, nada poderia ser mais atraente do que uma cidade/máquina modelar de disciplina que, ao mesmo tempo revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas devem ser.²⁵

As críticas ao plano e à construção da Capital não foram amenas. Para o símbolo do moderno a que se pretendia, as mudanças não eram tão atrativas:

O plano de Aarão Reis pouco fez além de demarcar o território suburbano. Não previa sequer a construção de vias que unissem ambas as zonas. As ruas que se abriram no subúrbio, geralmente, não ultrapassava a fronteira da avenida. O que prova que essa artéria circular funcionava como um obstáculo concreto, isolando estrategicamente, a cidade cenário monumental daquela comumente identificada como pobre, perigosa e até mesmo insalubre.²⁶

Na área central, ao contrário da periferia, estavam concentrados todos os atrativos da nova capital. Neste local estavam os espaços coletivos mais atraentes, os edifícios públicos e os serviços urbanos ligados à infraestrutura mais modernos. Foi ali que a elite ouropretana construiu suas residências, realizou negócios, efetuou cultos religiosos e se divertiu.

²³ LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977

²⁴ WESTIN, Vera Lúcia Costa. Santa Tereza na construção cotidiana da diferença - um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. Dissertação apresentada ao mestrado de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 1998.

²⁵ MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte - um espaço para a República. Belo Horizonte. UFMG. 1989. P. 55.

²⁶ LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

Mas, o plano executado pela CCNC, não dividiu a capital apenas entre ricos e pobres. Em nome da ordem, do progresso e do moderno estabeleceu-se locais para todas as atividades necessárias ao funcionamento de uma cidade que se reivindicava símbolo da modernidade. As construções deveriam acontecer de acordo com as funções. Assim, foram determinados os lugares onde seriam construídas as residências, os locais de trabalho, o comércio, o lazer, etc. Daí, os nomes, Bairro dos Funcionários, Avenida do Comércio, o Centro Cívico, ou seja:

lugares na capital que pareciam reservados exclusivamente para um tipo de atividade ou grupo social”. (...) O caráter totalizante desse tipo de planejamento, traçado de uma só vez, e que buscava previamente, o lugar para cada coisa ou grupo social, pretendia, de fato, congelar a capital em sua concepção de gabinete. Aprisionada aos rigores de um plano regido pela autoridade do saber, todo e qualquer desvio dessa ordem original era identificado como caos urbano. Havia uma intencionalidade latente nesse tipo de concepção: impedir qualquer intervenção espontânea dos habitantes no espaço. As manifestações da pluralidade e das contradições das relações humanas do território urbano.²⁷

Contudo, as críticas não se referem apenas aos aspectos da distribuição de espaços acompanhados de segregação social, conforme LOYER:

sobre a proposta neoclássica urbanística vêm ao encontro da planta de Belo Horizonte, ou qualquer outra cidade, feita ou refeita segundo este modelo: planificação da paisagem, prevendo espaços hierarquicamente definidos e ordenação arquitetonicamente de obras situadas; adequação do aspecto funcional dos monumentos públicos, dispostos a partir de um centro político e monumental; proporções dos quarteirões e das grandes vias de comunicação, articuladas com vastas esplanadas e parques de lazer²⁸.

No mesmo sentido, é procedente a crítica de Sylvio de Vasconcelos:

o mal geral, desde o início, prendeu-se à confusão estabelecida entre desenho e arquitetura... o nosso urbanismo de ‘bem traçada’ ruas, tão decantado por quem examine por alto é (...) chavão similar à tradicional prudência mineira’. (...) embora tenha seus méritos como tentativa de planejamento, considerando os recursos da época, não resiste a um exame mais atento. O desenho sim, é uma beleza com suas ruas normais, suas avenidas diagonais, seu xadrez perfeito. Adaptado, porém, à topografia do lugar, notamos logo a pouca felicidade de sua composição. Copiando Mar del Plata, Washington e outras cidades planas, tentou-se aqui em terreno montanhoso forçar as mesmas soluções e, em consequência, vieram as ruas espigão acima, ruas em cortes profundos, ruas inteiramente divorciadas das ruas de nível e até

²⁷ BH: *Horizontes históricos*. Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.] – Belo Horizonte: C/Arte, 1996. P.60

²⁸ SALGUERO, Eliana Angotti. *O Ecletismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel; USP, 1987. P. 111

mesmo ruas com ‘escadinhas’ por imposição do terreno ,ou talvez, porsaudades de Ouro Preto²⁹.

E assim,

(...) o projeto de Belo Horizonte se materializa sob a égide de dois pólos discursivos: a racionalidade idealizada e expressa pelo traçado geométrico e o urbanismo barroco, concepção orientada pelo caráter fundamental do traçado urbano, de amplas vias garantindo um grau de visibilidade e controle do poder público para garantir a ordem e a legalidade.³⁰

A linha férrea, ligando Belo Horizonte a Sabará, foi inaugurada em setembro de 1895. Esta obra foi de suma importância para os trabalhos da CCNC. Nesta mesma data aconteceu o lançamento da pedra fundamental de vários edifícios públicos, como o Palácio Presidencial, as secretarias e outros. Após a inauguração da ferrovia, os trabalhos se desenvolveram mais facilmente.

Para facilitar o transporte de materiais até os canteiros de obra, a cidade foi recortada por ramais férreos.

Uma linha passava pelo centro, subia Avenida Afonso Pena até a Rua Espírito Santo, onde existia um enorme galpão para depósito de materiais (no local onde hoje se encontra a Igreja São José), subia Espírito Santo, passava pela Praça da Liberdade e seguia até a pedreira do Acaba Mundo. Outra ia até a pedreira da Lagoinha (hoje Prado Lopes); outra, até a Praça Floriano Peixoto, onde estava sendo construído o quartel da Polícia Militar.³¹

Para garantir o incremento das obras, Francisco Bicalho, pediu ao Governo a liberação da imigração. Essa parcela de operários foi de grande importância na construção da capital.

Com o fim da Comissão Construtora, não surgiu de imediato nenhum órgão regulador da expansão da cidade, que passou a crescer livremente, seguindo a disponibilidade de áreas e o mercado. As residências proliferaram pela cidade, influenciadas pelas *casas-tipo*, mas sem o rigor dos projetos da Comissão Construtora. Os elementos e aspectos arquitetônicos retirados de forma consciente das formas da arquitetura histórica miscigenaram-se à memória e ao sonho do proprietário e ou projetista, resultando em edificações cuja estética representa, ao mesmo tempo, o subjetivo e o imaginário coletivo.

²⁹ SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987, P. 111

³⁰ MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte - um espaço para a República. Belo Horizonte. UFMG. 1989. P. 142.

³¹ SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

4- OCUPAÇÃO, EVOLUÇÃO URBANA E CULTURAL DE BELO HORIZONTE

4.1 - Os PRIMEIROS ANOS

Belo Horizonte foi inaugurada a 12 de dezembro de 1897, por uma exigência da Constituição do Estado. Entretanto, parte de suas construções não havia sido concluída e algumas de suas ruas e avenidas eram apenas "picadas" abertas no meio do mato. A crise econômica que tomava conta do país e do Estado tinha feito com que muitas obras ficasse paralisadas, à espera de recursos. O comércio e a indústria ligada à construção civil, que tinham se desenvolvido bastante nos anos anteriores, agora enfrentavam dificuldades. A cidade não se industrializou no ritmo que se esperava e permaneceu sem atividades econômicas expressivas durante anos. Os trabalhadores foram os mais prejudicados; os que não perderam o emprego tiveram seus salários atrasados durante meses. Tudo isso contribuía para tornar a Capital uma cidade entediante e sem graça. Sua aparência inacabada e empoeirada dava a impressão de abandono. As ruas e avenidas, largas demais para uma população não muito numerosa, pareciam estar sempre vazias. Para piorar a situação, as diversões eram poucas e não conseguiam espantar a decepção e a tristeza dos primeiros habitantes.

Na área central, a Rua da Bahia era território de elite. Nela, ficava o único teatro da cidade, o Soucasseaux, uma espécie de um barracão coberto de zinco, onde se apresentavam companhias de teatro e música e onde se improvisava um botequim. Nessa rua também ficavam os principais bares e cafés, lugares onde os homens se encontravam para conversar, falar de política e da vida. Ao anoitecer, a rua virava palco para o footing (moças e rapazes desfilavam, trocando olhares, numa espécie de namoro bem comportado).

Na tentativa de espantar o tédio, os jovens fundavam clubes como o Rose, o Violetas, o dos Jardineiros do Ideal, o Santa Rita Durão e o Elite. Além de festas e bailes, esses Grêmios tinham a intenção de promover a literatura. Outros clubes eram criados durante os carnavais e os mais famosos foram os Matakins, os Diabos de Luneta e os Diabos de Casaca, que promoviam festas, desfiles de carros alegóricos, batalhas de confetes, serpentinas e, é claro, lança-perfume.

O Parque Municipal (na época quatro vezes maior) era muito frequentado nos fins-de-semana. Ali, a sociedade encontrava espaço para praticar esportes, passear ou fazer piqueniques, enquanto bandas tocavam "retretas". Também era lá que as paróquias comemoravam datas religiosas, com quermesses e barraquinhas. A população pobre e os

operários, contudo, não tinham acesso a essas formas de lazer. Preferiam os botequins nos bairros, os jogos de bola e a tômbola, uma espécie de bingo onde os prêmios não valem dinheiro. É que eles viviam em locais distantes do centro e sua condição financeira os impedia de participar das diversões pagas. Além disso, na área central eles eram alvo fácil da polícia, que, por causa de um simples passeio, podia prendê-los, alegando "vadiagem".

4.2 - AS PRIMEIRAS TRÊS DÉCADAS DA VIDA NA CIDADE

Nas duas primeiras décadas deste século, Belo Horizonte viveu, alternadamente, períodos de grande crise e surtos de desenvolvimento. As fases de maior crescimento corresponderam aos anos de 1905, 1912-13 e 1917-19. Aos poucos, pequenas fábricas começaram a funcionar na cidade, ampliou-se o fornecimento de energia elétrica, retomaram-se as obras inacabadas, expandiram-se as linhas de bonde, criaram-se praças e jardins e a cidade ganhou arborização. O número de empregos cresceu e a Capital passou a atrair mais habitantes.

A vida social também começou a se agitar, com a substituição do teatrinho Soucasseeux pelo elegante Teatro Municipal (1909) e com a inauguração de diversos cinemas. Frequentar as salas dos cine-teatros Colosso, Comércio, Familiar, Progresso, Bijou e Paris tornou-se não só uma obrigação para os belo-horizontinos, como também um pretexto para encontros e conversas. Nessa época em que cinema fazia muito sucesso, nasceu o gosto do belo-horizontino pela moda, com famosas costureiras imitando os modelos vestidos pelas atrizes mais conhecidas.

Foi também com o crescimento da cidade que a massa de trabalhadores começou a lutar contra as injustiças sociais. A primeira grande greve ocorreu em 1912 e paralisou a cidade por 15 dias. Liderado por trabalhadores da construção civil, que defendiam uma jornada de trabalho de oito horas, o movimento teve apoio de grande parte da população. Mobilizando-se através de greves, os operários conseguiram ser reconhecidos como cidadãos, com direito a reivindicar melhores condições de trabalho, educação, transporte, saúde e moradia.

Os anos vinte marcam uma época romântica da história da capital. Entre passeios de bonde e sessões de cinema, entre conversas nos cafés e o footing, a vida seguia alegre. Belo Horizonte era a "Cidade-Jardim" ou "Cidade Vergel", onde o verde das árvores saltava das ruas e invadia as casas, tomando quintais e pomares. Nesse período, a capital viu nascer a geração de escritores modernistas que iria se destacar no cenário nacional. Carlos

Drumond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga, reunidos no Bar do Ponto, no Trianon ou na Confeitaria Estrela, eram rapazes inquietos que mudaram o panorama da literatura brasileira.

No campo das artes e da cultura, a cidade experimentou um grande desenvolvimento. Enquanto o Teatro Municipal vivia seus anos de glória, novas salas de cinema eram inauguradas, como os cines Pathê, Glória, Odeon e Avenida. Em 1926, o maestro Francisco Nunes fundou o Conservatório Mineiro de Música. No ano seguinte, foi criada a Universidade de Minas Gerais. Em 1929, fundou-se Automóvel Clube, ponto de encontro da elite belo-horizontina.

Como um reflexo do fim da I Guerra Mundial, em 1918, a indústria de Belo Horizonte ganhou impulso na década de vinte. Os serviços urbanos foram ampliados para atender a uma população sempre crescente. Parecia, finalmente, que a modernidade tinha chegado à Capital. Inauguraram-se grandes obras, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal. Os automóveis circulando pelas ruas tornaram-se comuns, exigindo a criação de um código de trânsito e da primeira autoescola. Surgiram também os auto-ônibus, complementando o serviço dos bondes.

Como prova do desenvolvimento e do prestígio, Belo Horizonte recebeu a visita dos reis da Bélgica, em 1920. Na ocasião, toda a Praça da Liberdade foi reformulada, adquirindo o seu aspecto atual. Em 1922, para comemorar os cem anos da Independência Brasileira, a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro e ganhou o famoso "Pirulito". Essa onda de progresso continuou ao longo da década de 30. Na periferia, surgiram novos bairros. Cresceram nessa época

Lourdes, Barreiro, Nova Suíça, Gameleira, Renascença, Sagrada Família e Parque Riachuelo. Muitas favelas também começaram a se formar. A expansão da cidade aconteceu sem um maior controle ou planejamento e isso trouxe sérios problemas urbanos. Muitos dos novos bairros não possuíam os serviços básicos de água, luz e esgotos. Enquanto isso, o centro permanecia relativamente vazio. Na arquitetura, surgiram



Teatro Municipal, um dos principais pontos de encontro dos belo-horizontinos nas primeiras décadas do século XX. Fonte: APCBH.

novidades: o primeiro edifício de dez andares e um novo estilo de fachada, como a do CineBrasil.

A Revolução de 3 de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, também marcou a história da cidade. Tomada de surpresa, a população assistiu à troca de tiros entre revolucionários e as forças federais, no cerco ao Quartel do 12º RI. Nos anos seguintes, a ditadura do Estado Novo traria o fechamento do Poder Legislativo, o controle da imprensa e o clima tenso da repressão. Como consequência da política de modernização da economia implantada por Vargas, as bases para o desenvolvimento industrial da cidade foram lançadas, criando-se a zona industrial de Belo Horizonte.

Dois acontecimentos importantes na década foram o 2º Congresso Eucarístico Nacional, em 1936, que reuniu milhares de católicos na Praça Raul Soares, e a Exposição de Arte Moderna, no mesmo ano. O período viu, ainda, nascerem as duas primeiras rádios da cidade, a Rádio Mineira (1931) e a Rádio Inconfidência (1936). Com seus programas de auditório, transmitidos ao vivo, elas viveriam seus anos dourados na década seguinte. A capital começava a amadurecer.

4.3 - OS ANOS 1940 E 1950: SURGIMENTO DE UMA METRÓPOLE MODERNA

Os anos quarenta trazem a modernidade e dão um ar de metrópole à Belo Horizonte. Nessa época, a capital ganhou várias indústrias, abandonando seu perfil de cidade administrativa. O impulso para isso foi dado pela criação de um Parque Industrial, em 1941. O setor de serviços também começou a crescer com o fortalecimento do comércio. O centro da cidade tornou-se, então, uma área valorizada, principalmente para a construção de edifícios, e passou a sofrer a especulação imobiliária.

O grande responsável pela transformação de Belo Horizonte foi o prefeito Juscelino Kubitschek. Com o objetivo de renovar a capital, promovendo um surto de desenvolvimento e modernização, JK realizou diversas obras que projetaram internacionalmente o nome da cidade. A mais importante delas foi o Complexo Arquitetônico da Pampulha, inaugurado em 1943. Desenhado pelo jovem arquiteto Oscar Niemeyer, o complexo era formado por quatro obras principais: a Igreja de São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o Iate Golf Clube, instaladas às margens da lagoa artificial. Com suas linhas originais e modernas, Oscar Niemeyer fez da Pampulha um dos maiores exemplos da arquitetura modernista brasileira. Também foi uma iniciativa de Juscelino Kubitschek, a construção de um conjunto habitacional no bairro São Cristóvão, localizado na Avenida Antônio Carlos, que, na época

se chamava Avenida Pampulha. O Conjunto IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), como foi denominado, surgiu como uma alternativa para o problema da moradia na cidade e como uma tentativa da Prefeitura de ordenar a região da Lagoinha. Em 1941, também com projeto de Oscar Niemeyer, o Palácio das Artes começou a ser construído.

Um pouco mais tarde, já no final da década, um outro marco na arquitetura da capital seria inaugurado: o Edifício Acaiaca, na Avenida Afonso Pena. Com sua fachada de linhas retas e sóbrias, onde se destacavam as faces de dois índios, o Acaiaca era o maior e mais moderno prédio de Belo Horizonte, com os elevadores mais velozes da cidade. Nessa época, ainda aconteceu a construção do Teatro Francisco Nunes (1949), no Parque Municipal, e da primeira estação rodoviária da cidade.

Se a marca dos anos 1940 foi a modernização da arquitetura da cidade, os anos 1950 ficariam conhecidos como a década da indústria, em razão do surto de desenvolvimento alcançado pela capital. A criação da Cemig, em 1952, e o desenvolvimento da Cidade Industrial, nas proximidades de Belo Horizonte (Contagem) são dois fatores que explicam esse crescimento. Nessa década, caracterizada pelo grande êxodo rural, a população da cidade dobra de tamanho, passando de 350 mil para 700 mil habitantes. Surgem novos bairros, como o Sion e o São Pedro. Uma nova avenida é aberta, sendo chamada de Cristiano Machado. Os problemas urbanos e a falta de moradia tornam-se mais graves. Preocupado com o crescimento desordenado da cidade, o prefeito Américo René Gianetti dá início à elaboração de um Plano Diretor para Belo Horizonte. A cidade torna-se vertical com uma série de prédios, cada vez mais altos, sendo construídos. É dessa época o Edifício Clemente Faria, feito para ser a sede do Banco Lavoura (atual Banco Real), na Praça Sete. Projetados por Oscar Niemeyer, o Edifício JK, o Edifício do Bemge, o prédio do Colégio Estadual Milton Campos (atual Estadual Central), o Edifício Niemeyer e a sede da Biblioteca Pública Estadual são belos exemplares da arquitetura moderna caracterizados pela simplificação de formas e pelo uso de esquadrias metálicas, concreto, vidros e revestimentos de mármore e pastilhas.



Vista da lagoa da Pampulha em 1948. Fonte: APCBH



Estádio Governados Valadres, o "Mineirão", sendo construído em fins dos anos de 1950. Fonte: APCBH

Foi nos anos 1950 que a cidade passou a ser influenciada pelo estilo de vida americano. Aquela era a época das grandes orquestras, que faziam sucesso não apenas no rádio, como também na recém-inaugurada TV Itacolomi. Nas boates e nos clubes, cada vez mais numerosos, tinham lugar as "horas dançantes" e os bailes de gala. Já para a população mais pobre, a diversão acontecia mesmo na rua, proporcionada pelas apresentações do cine grátis.

4.4 - ANOS 1960 E 1970: O PROGRESSO AVANÇA PELA CIDADE



Vista geral da área central de Belo Horizonte em 1947 – intensifica-se o processo de verticalização.

O crescimento econômico transformou o perfil de Belo Horizonte na década de 1960. Sem respeito pela memória da cidade, o progresso avançou sobre suas ruas, demolindo casas, erguendo arranha-céus, derrubando árvores, cobrindo tudo de asfalto. Já não era possível reconhecer a "Cidade-Jardim" que tanto encantara os poetas; a cidade verde tinha ficado no passado. Era preciso desafogar o trânsito e as avenidas rasgavam cada vez mais o tecido da cidade. Até o "Pirulito" foi retirado da Praça Sete, como parte das

transformações radicais, e foi deixado no Museu Abílio Barreto.

A descaracterização da cidade fez-se sem remorsos. Se os espaços verdes desapareciam, se a beleza das antigas construções era transformada em pó, em seu lugar surgiam edifícios modernos, novas e novas indústrias. Os anos 60 foram marcados pelo crescimento das indústrias e das instituições financeiras. Nessa época, Belo Horizonte começou a irradiar seu crescimento e suas cidades vizinhas também



receberam muitos investimentos e fábricas. Esse progresso, contudo, não se fez sem o agravamento das desigualdades e problemas sociais. O surgimento de inúmeras favelas comprova o desequilíbrio causado pela concentração de renda.

Mas, não foi somente o desenvolvimento econômico que modificou a rotina de Belo Horizonte. A instauração da ditadura militar, após o Golpe de 1964, também levou a população às ruas. Primeiro foram as mulheres católicas que com seus terços em punho, apoiaram o "[...] movimento que nos livrara do perigo comunista". A manifestação foi denominada a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Mais tarde, vieram os estudantes, dessa vez, protestando contra a falta de liberdade, o desrespeito aos direitos humanos e constitucionais. Inúmeras vezes, a Praça Sete assistiu à multidão ser dispersada com bombas e a prisão de manifestantes. Em 1978, seria a vez da campanha pela anistia dos presos políticos mobilizar os belo-horizontinos.

Na década de 1970, a cidade era o próprio retrato do caos. Com um milhão de habitantes, Belo Horizonte continuava crescendo desordenadamente. Nas regiões norte e oeste e nos municípios vizinhos, com a criação de distritos industriais e a instalação de empresas multinacionais, a população tornou-se cada vez mais densa. Na tentativa de resolver os problemas causados pela falta de planejamento, foram tomadas várias medidas: criou-se o Plambel e instituiu a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A política de crescimento econômico acelerado, porém, não resolvia os problemas sociais. A crise prolongada e os baixos salários levaram a população mais uma vez às ruas, já no final da década. Professores da rede pública e operários da construção civil, paralisando a cidade na greve de 1979, mostraram seu descontentamento com relação aos problemas econômicos e sociais, mas também em relação ao regime militar.

4.5 - DOS ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS

A chegada dos anos 1980 marcou o início de uma mudança nas relações do belo- horizontino com sua cidade. O crescimento desordenado e os problemas de perda de importantes marcos da história de Belo Horizonte, a degradação ambiental e as desigualdades sociais, foram pouco a pouco, tornando-se algumas das maiores preocupações dos cidadãos. A consciência de que é preciso cuidar da cidade, ao mesmo tempo permitindo seu desenvolvimento e garantindo a qualidade de vida de seus habitantes, difundiu-se cada vez mais entre a população.

Foi ao longo da década de 1980 que o belo-horizontino redescobriu o espaço das ruas, fazendo dele o palco de suas manifestações, de seus protestos e de suas artes. Em 1980, milhares pessoas tomaram a Avenida Afonso Pena e a então Praça Israel Pinheiro (hoje, Praça do Papa) para receber o próprio Papa João Paulo II. Em 1983, diversas entidades e cidadãos saíram às ruas para protestar contra a demolição do prédio do Cine Metrôpole, defendendo seu tombamento pelo Patrimônio Histórico. Em 1984, a multidão lotou a Praça da Rodoviária para dar força à campanha "Diretas Já", participando do comício que reuniu nomes como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Brizola e Lula. Um ano depois, os mesmos manifestantes chorariam a morte do recém-eleito presidente Tancredo Neves,acompanhando seu velório no Palácio da Liberdade. Mais recentemente, em 1992, seria a vez dos jovens "carapintadas" protestarem contra a corrupção e exigirem o impedimento do presidente Fernando Collor.

Uma mentalidade diferente daquela que orientou o crescimento nas décadas anteriores começava a surgir. As obras realizadas na cidade ganharam nova direção. Em 1981, adotou-se um novo sistema de



Área central em 1965- FONTE: APCBH



Área Central em 1980. FONTE: APCBH

transporte, na tentativa de melhorar a situação do trânsito na

cidade. Foi iniciada a implantação do metrô de superfície como uma alternativa rápida, segura e menos poluente para o transporte de massa. Em 1984, a canalização do Ribeirão Arrudas, que está sendo concluída agora em 1997, pôs fim ao problema das enchentes que todos os anos causavam prejuízos ao centro da capital.

A memória da cidade começou a ser mais valorizada, com o tombamento de vários edifícios de importância histórica. A população ganhou, ainda, diversos espaços de lazer, como o Parque das Mangabeiras, inaugurado em 1982, e o Mineirinho. A área de saúde também experimentou grandes avanços com a redução do número de casos de poliomielite e tétano, graças às campanhas de vacinação infantil.

Ainda assim, os problemas não desapareceram. A Pampulha, um dos principais cartões- postais da cidade, era uma lagoa praticamente morta, tão poluída estavam suas águas. Uma praga de aguapés havia tomado conta de quase toda a superfície da lagoa, reproduzindo-se descontroladamente e provocando um desequilíbrio ecológico.

Na década de 1990, a valorização do espaço urbano teria continuidade. Em 1990, a Lei Orgânica do Município foi aprovada, trazendo avanços em diversos setores sociais. Em 1992, criou-se o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município para tratar do tombamento de construções de valor histórico. Espaços como a Praça da Liberdade, a Praça da Assembleia e o Parque Municipal, que se encontravam abandonados e desvalorizados, foram recuperados e a população voltou a frequentá-los e a cuidar de sua preservação. Em 1996, o Plano Diretor da cidade e a Lei de Uso e Ocupação do Solo passaram a regular e ordenar o crescimento da capital.

5 - CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO URBANO AVENIDAS CARANDAÍ, ALFREDO BALENA E ADJACÊNCIAS

O conjunto foi ampliado em 2007 incluindo as quadras situadas na poligonal formada peloseixos das Ruas Ceará, Piauí, Avenida do Contorno e Avenida Francisco Sales. Tal ampliação teve como objetivo o de reforçar a proteção de edificações referenciais, e de trechos urbanos contíguos ao conjunto e situado na parte ao interno da Avenida do Contorno, reconhecendo a continuidade da mancha de proteção dos Conjuntos Urbanos da área central e hospitalar.

O estudo elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria, apresentado em 1996 ao antigo Departamento de Memória e Patrimônio Cultural da PBH, descrevia o perímetro de proteção proposto para o Conjunto Urbano das Avenidas Carandaí e Alfredo Balena como a ampliação do perímetro tombado instituído em 1994 com o objetivo de, juntamente com os Conjuntos Urbanos das Praças Hugo Werneck e Floriano Peixoto, também revistos, fazer coincidir seus limites com aqueles da ADE Hospitalar recém criada pelo Plano Diretor do Município da época. Desta forma, passam a compor a poligonal de tombamento do conjunto as quadras 4408, 2078, 2617, 2080 e 1986. A quadra 2617 pertence ao então Conjunto Urbano da Praça Tiradentes e as quadras 2080 e 1986 também fazem parte do Conjunto Urbano da Avenida Afonso Pena.

O Conjunto Urbano das Avenidas Carandaí e Alfredo Balena compõe-se de fato de diversas manchas ligadas por avenidas que, além de constituírem-se trajetos notáveis de grande valor simbólico e referencial, funcionam como eixos de convergência de pessoas e atividades, conferindo unidade ao conjunto.

A primeira destas manchas é, na verdade, parte do que convencionou-se chamar de área hospitalar e inclui, além da quadra 3260, ocupada pela Escola de Medicina da UFMG, a Faculdade de Ciências Médicas, o Hospital das Clínicas, o Hospital da Previdência e o Pronto Socorro João XXVIII dentre diversos outros equipamentos de saúde, a quadra 4408 onde localiza-se a sede da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG, estendendo-se na direção contrária para além da avenida Alfredo Balena até as avenidas Carandaí e Bernardo Monteiro, onde há uma grande concentração de consultórios, laboratórios e clínicas dentre outros serviços voltados para a área médica.

Esta região, que se prolonga com características semelhantes através dos conjuntos urbanos contíguos das Praças Hugo Werneck e Floriano Peixoto, vem passando por um processo acelerado de renovação que consiste basicamente da substituição de antigas

edificações residenciais por prédios de salas com a consequente verticalização da paisagem construída.

Apesar da perda de significativos exemplares da arquitetura residencial de épocas passadas e do agravamento das condições ambientais da área com o adensamento de atividades e aumento de tráfego de veículos, esta mancha ainda abriga importantes marcos da arquitetura oficial, representativos de diferentes momentos da história da cidade. Dentre estes devem ser citados o edifício do antigo hospital Borges da Costa - hoje residência estudantil - importante precursor da arquitetura em Belo Horizonte; a Escola Estadual Pedro II, belo exemplar do estilo neocolonial, o único de uso institucional da cidade e o edifício sede do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem construído nos anos cinquenta, o qual apresenta diversos elementos característicos do modernismo, inclusive em seu interior. Além dos equipamentos de saúde devem ser também citados como importantes referenciais nesta mancha as instalações do Supermercado Extra ocupando área onde funcionou, em terreno doado pela Municipalidade, o antigo campo do América Futebol Clube, e o Teatro Marília, um dos principais palcos na trajetória das artes cênicas da cidade.

Uma segunda mancha identificada desenvolve-se ao longo do eixo da avenida Carandaí desde a esquina com a rua Pernambuco e avenida Alfredo Balena até o cruzamento com a avenida Brasil. Ainda que parte das quadras do lado esquerdo no sentido ascendente da avenida participem também da área hospitalar, o que distingue esta mancha é a ambiência de boulevard que a caracteriza. Contribuem para tanto a largura da avenida e de seu canteiro central associadas à volumetria predominantemente horizontalizada das construções, fazendo com que a avenida seja marcada pela ampliação de espaço e pela abundância de luminosidade. Apesar da presença de alguns edifícios residenciais construídos antes da vigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996, são os usos não-residenciais que predominam na área. O comércio desenvolve-se principalmente nas proximidades da avenida Brasil e dentre os equipamentos de uso coletivo destacam-se a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o Instituto de Educação que, como marcos referenciais, funcionam como pórticos de entrada da avenida.

Uma terceira mancha pode ser caracterizada como entorno do Colégio Arnaldo, abrangendo quarteirões que se desenvolvem principalmente ao longo de trechos das avenidas Carandaí e Bernardo Monteiro. Neles predomina o uso residencial seja em edifícios de até dez pavimentos, a maioria construída antes da vigência da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1976, ou em residências unifamiliares remanescentes de períodos anteriores. Os estabelecimentos de comércio e serviços concentram-se nas faces voltadas

para as avenidas Brasil e Bernardo Monteiro sendo que nesta última isto vem se dando através da substituição das edificações existentes por torres, construídas a partir do remembramento de lotes e da adoção de modelos de assentamento que permitem a ocupação de 100% do terreno nos primeiros pavimentos. Desta forma, a proliferação deste modelo, popularmente conhecido como “bandeja”, vem transformando substancialmente a paisagem da avenida. Já o trecho da avenida Carandaí pertencente a esta mancha teve seu caráter residencial preservado não apenas em função do zoneamento que lhe foi atribuído, mas também pela redução do tráfego de veículos com o fechamento parcial do primeiro quarteirão acima da avenida Brasil, dando aos quarteirões seguintes aspecto de rua local.

No interior das manchas descritas observa-se ainda a existência de outras unidades espaciais que por sua ambiência urbana e modo de apropriação diferenciados, devem também ser destacados. A avenida Bernardo Monteiro, no trecho compreendido entre as avenidas Alfredo Balena e Brasil guarda a arborização original de *Ficus benjamina* que já foi característica do paisagismo de muitas avenidas da cidade. Sob a copa daquelas árvores já tornou-se tradicional a realização de eventos culturais e de lazer como as feiras de comidas típicas e antiguidades, serestas e shows musicais ao ar livre. A avenida Pasteur com apenas um quarteirão e trânsito local tem, na verdade, uma ambientação de praça a qual é valorizada com as perspectivas do Colégio Arnaldo e da Escola Pedro II em suas extremidades. Distinguem-se também no conjunto a avenida Professor Alfredo Balena com amplas calçadas e farta arborização de mangueiras e a Alameda Ezequiel Dias que, apesar de ter suas condições ambientais prejudicadas pelo intenso tráfego de ônibus e automóveis, desfruta de uma certa amenidade conferida pela presença do Parque Municipal.

Finalmente, o trecho da Avenida dos Andradas constitui um dos limites do conjunto na quadra 4408 que faz a transição entre a área hospitalar e o vale do Ribeirão Arrudas. Cumprindo hoje função de uma das principais arteriais de acesso ao vetor de expansão leste da cidade, a avenida apresenta neste trecho galpões remanescentes da ocupação industrial que, no passado, caracterizou aquela zona da cidade, além das dependências do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. Como área preferencial para projetos de reurbanização segundo definição do Plano Diretor, esta quadra apresenta grande potencial de renovação urbana através de investimentos que contemplam ao mesmo tempo as medidas propostas para a ADE Hospitalar e a promoção do patrimônio cultural existente.

5.1 ENTORNO DO BEM CULTURAL

O bem cultural situa-se dentro do perímetro do Conjunto Urbano Avenida Carandaí Avenida Alfredo Balena e Adjacências. No entorno do bem cultural, há inúmeros bens culturais tombados ou com processo aberto de tombamento, registros solicitados e aprovados pela municipalidade.



No mapeamento, em preto são bens culturais tombados, em cinza processo de tombamento aberto, amarelo registro solicitado e verde registro aprovado. Fonte: BHMap, 2023.

A quadra em que se insere o imóvel apresenta forma triangular sendo lindeira às vias: avenida dos Andradas, avenida Francisco Sales, avenida Bernardo Monteiro, alameda Vereador Álvaro Celso e alameda Ezequiel Dias. A área de esquina com faces para a alameda Ezequiel Dias e avenida dos Andradas, apresenta-se plana. O trecho da alameda Ezequiel Dias possui três faixas de rolamento, pavimentadas com manta asfáltica. Os passeios da alameda Ezequiel Dias são largos com revestimento em pedra portuguesa preta e branca, formando triângulos, o que harmoniza com os bens culturais em estudo. Observa-se ainda que a esquina com alameda Vereador Álvaro Celso possui revestimento por bloco de concreto em cinza e piso podotátil em vermelho, que se estende ao longo de todo o perímetro do bem cultural nessa face do lote. O passeio da avenida dos Andradas segue a mesma padronagem em pedra portuguesa que a alameda Ezequiel Dias. Em frente à edificação a avenida dos Andradas 1120 há ainda uma passagem de veículos para o estacionamento, formando uma praça ajardinada triangular. Quanto à arborização, observa-se que há não apenas árvores de médio e grande porte nos passeios, mas também nos jardins frontais da edificação.

Os fechamentos dos lotes no entorno se fazem por meio de grade na alameda Ezequiel Dias e

avenida dos Andradas, fachada de edificações na alameda Vereador Álvaro Celso e também na avenida dos Andradas.

A paisagem do entorno do imóvel é heterogênea no quesito tipologias, havendo os tipos comercial e de serviços. Quanto aos estilos arquitetônicos prevalecem os art-decô, protomordeno e contemporâneo. Em relação à altimetria, há em sua maioria exemplares de até três pavimentos, encontrando-se, no entanto, edificações mais altas como é o caso da sede do Hospital das Clínicas, com seis pavimentos, e do Hospital do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, com dez pavimentos. As edificações do entorno apresentam um estado de conservação regular.

Quanto à disponibilidade de espaços públicos, a quadra em que se insere o bem é próxima ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti.



Esquina da alameda Ezequiel Dias com alameda Vereador Álvaro Celso. Fonte: Google streetview, 2023



Esquina da alameda Ezequiel Dias com avenida dos Andradas: Google Streetview, 2023.



Vista da avenida dos Andradas com edificações que compõem o complexo do DER a direita. Fonte: Google Streetview, 2023.



Esquina da avenida dos Andradas com avenida Francisco Sales. Fonte: Google Streetview, 2023.



Esquina da avenida Francisco Sales com a avenida Bernardo Monteiro. Fonte: Google Streetview, 2023.

Esquina da avenida Bernardo Monteiro com alameda Vereador Álvaro Celso. Fonte: Google Streetview, 2023.



Bem cultural em processo de tombamento, a saber, alameda Vereador Álvaro Celso, 250. Fonte: Google Streetview, 2023.

6 Os bens culturais: Alameda Ezequiel Dias, nº 45 e Avenida dos Andradas, nº 1120

6.1 Caracterização histórica

O bens culturais situados à alameda Ezequiel Dias nº 45 (lote 003, quarteirão 034A, I Seção Urbana) e avenida dos Andradas, 1120 (lote 004, quarteirão 034A, I Seção Urbana) foram projetados e construídos a fim de cumprirem uma função: abrigar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG.

Até os anos 1920, os municípios eram responsáveis pela construção e também pela manutenção das estradas e caminhos existentes em Minas Gerais. Apenas aquelas mais relevantes ou politicamente estratégicas eram mantidas pelo Governo do Estado. Esse sistema descentralizado era bastante ineficiente, o que levou o governo estadual a criar a Inspetoria Geral de Estradas, subordinada à Secretaria de Viação e Obras Públicas, numa tentativa de solucionar os problemas.

O embrião do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais surgiu oito anos depois. A criação do Fundo Rodoviário Nacional pelo Governo Federal, em 1945, impulsionou ainda mais a efetivação de um departamento responsável pelo gerenciamento das verbas repassadas pela União ao Estado. Assim, em 04 de maio de 1946, o Decreto-Lei 1.731, criou o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica com autonomia financeira e administrativa. Em 6 de maio daquele mesmo ano, era empossado como primeiro diretor-geral do órgão, o engenheiro Randolpho Trindade³².

A rede rodoviária recebida pelo DER/MG era formada por estradas que podiam ser utilizadas apenas durante o período seco. Somente com o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1954), que norteou sua administração pelo binômio “Energia e Transporte”. Ficou a cargo da instituição o cumprimento de boa parte do programa de obras lançado no período. Com isso, o orçamento do Departamento praticamente triplicou, viabilizando não apenas as obras, mas também a aquisição dos equipamentos necessários e a realização de pesquisas e ensaios técnicos de tipos de pavimentos econômicos, duráveis e resistentes mais adequados a serem aplicados às rodovias de Minas Gerais.

Era necessário, portanto, a construção de uma sede definitiva para abrigar o órgão da dimensão e importância que o DER/MG havia adquirido. O local escolhido foi às margens do ribeirão Arrudas, próximo ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em terreno que no início do século XX pertencia ao próprio parque. Pode-se inferir que o atrativo para aquela região não seria somente o espaçoso lote utilizado, mas também a proximidade de outros órgãos do estado de Minas Gerais, tais como o IPSEMG Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

³² Randolpho Trindade é natural de Ouro Preto, foi engenheiro e Diretor do Departamento Rodoviário do Estado de Minas Gerais, especializou-se em estradas de rodagem, é filho do Professor Leônidas dos Santos Damazio e neto do Professor Leônidas Botelho Damazio um dos cinco professores que com Gorceix criaram a Escola da Minas. 2

Em janeiro de 1953, foi inaugurada a sede na alameda Ezequiel Dias, 45. A solenidade contou com a presença do patrono da instituição, o então governador senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira, do então diretor-geral, engenheiro Celso Horta Murta, além de outras autoridades. Na ocasião, o senhor Celso Horta Murta afirmou que :

V. Excia. [Governador Juscelino Kubitschek] está dominando a entrada da nova sede do DER/MG, no bronze em que o artista simboliza as suas virtudes peregrinas e traduz o seu ideal para a posteridade. O Departamento de Estradas de Rodagem associa-se a esta homenagem ao seu patrono, que é o pioneiro das rodovias em Minas, criador e executor do Plano Rodoviário Estadual.³³

Já o então governador senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira ressaltou a importância do Departamento para o estado de Minas Gerais e da inauguração de sua sede que

bem reflete o ritmo acelerado que condiciona a expansão rodoviária do Estado. Bem o sabem, o diretor e meu dileto amigo, Celso Murta, e os componentes desta Casa, o empenho e o carinho com que o governador acompanha os trabalhos deste setor, e agradece a colaboração sincera dos que aqui lutam pela realização das esperanças que hão de redimir Minas:³⁴



Vista geral da sede do DER/MG a alameda Ezequiel Dias. Fonte: DER/MG, sem data.³⁵

O DER/MG manteve os trabalhos nas décadas de 1960 e 1970 sempre em busca de qualidade e inovação de tecnologias. Em meio ao “milagre econômico brasileiro”, o órgão contou com trinta Coordenadorias Regionais subordinadas ao Diretor-Geral, que realizavam os trabalhos em todo o estado.

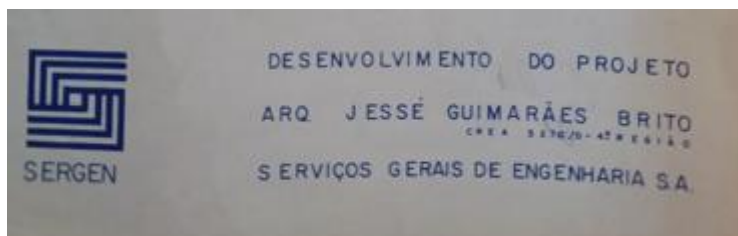
³³ Texto extraído de postagem comemorativa aos 70 anos do DER/MG. Disponível em: <https://pt-pt.facebook.com/assendermg/posts/775283042602605/>. Acessado em: 04 dez. 2023.

³⁴ Texto extraído de postagem comemorativa aos 70 anos do DER/MG. Disponível em: <https://pt-pt.facebook.com/assendermg/posts/775283042602605/>. Acessado em: 04 dez. 2023.

³⁵ Disponível em <https://www.der.mg.gov.br/institucional/sobre-o-deer-mg/historia-do-deer>. Acessado em: 04 dez. 2023.

Em função da demanda por mais espaço para abrigar o corpo administrativo e técnico responsável por manter a instituição em funcionamento, foi construído o edifício “B”, com endereço à avenida dos Andradas, 1120, interligado ao edifício “A”, localizado à alameda Ezequiel Dias. Durante pesquisas realizadas nos arquivo do DER/MG foi localizado projeto estrutural da Marcio Capetinga Técnica Estrutural³⁶. Os projetos estão assinados por Márcio Roberto Ferreira Capetinga, datados de julho de 1972, constando a informação de que trabalharia para a SERGEN S.A.

Foram localizados também um conjunto de cinquenta e oito pranchas contendo os projetos arquitetônicos detalhados do novo edifício, no qual consta como Diretor geral o Engenheiro Geraldo Pereira da Silva³⁷, o Diretor de Projetos, Engenheiro João Cataldo Pinto e o responsável pelo projeto e Coordenação o arquiteto Júlio César Felipe Lage³⁸. O Desenvolvimento do projeto ficou a cargo do arquiteto Jessé Guimarães Brito³⁹, a serviço da SERGEN S.A. – Serviços Gerais Engenharia S. A.⁴⁰.



Detalhe do carimbo do projeto da nova edificação. Fonte: DER/MG.

Nos anos 1980, mesmo com a crise financeira brasileira, o Departamento continuou as atividades por meio de financiamentos internacionais. Observa-se que em junho de 1985 foi proposto um projeto paisagístico para a área externa envoltória dos prédios A e B. Esse projeto foi assinado pelo paisagista José Barbosa Sodré, com desenho de Sodré/Marília. Provavelmente, Marília Maciel, autora de projetos como a Praça do Papa e Praça Dino Barbieri, na Pampulha.



Detalhe da assinatura do paisagista José Barbosa Sodré. Fonte: DER/MG.

Já nos anos 1990, foi incorporado às atribuições do DER/MG o gerenciamento do transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Decreto nº 47.069, de 25 de outubro de 2016, alterou a denominação do órgão para Departamento Edificações de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER/MG. Essa

³⁶ A empresa Marcio Capetinga Técnica Estrutural possuía como sócios-administradores Marcio Roberto Ferreira Capetinga e Urbana Aparecida Nogueira Manso. De acordo com informações colhidas na Receita Federal, foi fundada em 19 de fevereiro de 1981, com razão social MC Técnica de Engenharia Estrutural Ltda. Era sediada na cidade de Belo Horizonte possuindo como atividade principal serviços de engenharia. No momento, sua situação cadastral é baixada.

³⁷ Foi possível averiguar que entre 1974 e 1977, o engenheiro Geraldo Pereira da Silva permaneceu como Diretor-Geral do DER/MG

³⁸ Arquiteto urbanista e artista visual natural de Nova Era, Minas Gerais.

³⁹ Arquiteto urbanista, foi professor aposentado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, responsável pelos projetos da primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, no bairro Funcionários, e do Shopping Quinta Avenida, localizado na Savassi. Faleceu em 18 de julho de 2022, aos 87 anos de idade.

⁴⁰ A empresa SERGEN S. A. Serviços Gerais Engenharia S. A. possui como sócios Antonio de Padua Coimbra Tavares Pais e Maria Amália Vidal Tavares Pais. De acordo com informações colhidas na Receita Federal, foi fundada em 17 de novembro de 1966. Com sede na cidade do Rio de Janeiro possui como atividade principal serviços de construção de edifícios e construção de instalações esportivas e recreativas.

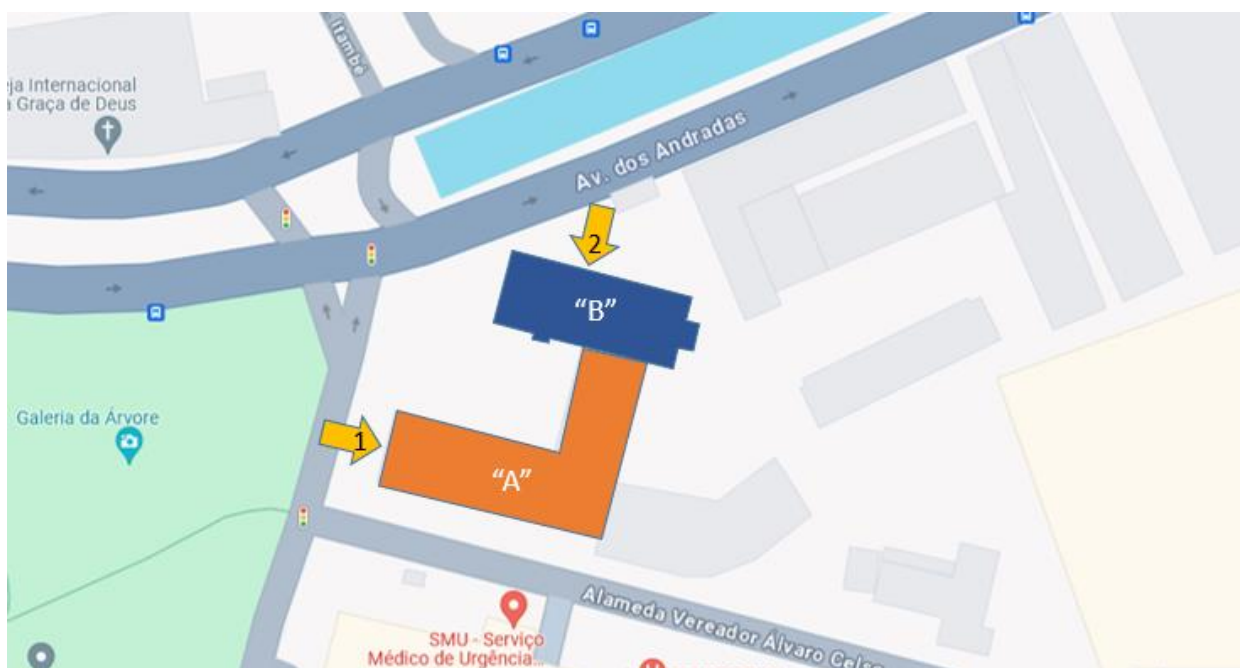
modificação ocorreu em função da incorporação em suas atividades, das funções e do corpo de servidores do Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais - DEOP. Porém, a Lei nº 23.553, de 13 de janeiro de 2020, alterou novamente a sigla, passando a ser DER-MG.

Observa-se que a medida que o órgão foi se ampliando foram se multiplicando as edificações construídas no lote, para além dos edifícios A e B. No entanto, em 2023, após setenta anos de funcionamento na alameda Ezequiel Dias, 45 e na avenida dos Andradas, 1120, o órgão foi definitivamente transferido para a Cidade Administrativa.

Nesse sentido, os bens culturais às alameda Ezequiel Dias, nº 45 e avenida dos Andradas, nº 1120, destacam-se por seu valor histórico enquanto exemplares que remetem a ocupação de parte da área do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. É um elemento constitutivo da paisagem cultural da cidade e compõem a ambiência e a paisagem do Conjunto Urbano Avenida Carandaí Alfredo Balena e Adjacências, encontrando-se no entorno imediato de outros bens culturais também protegidos como patrimônio cultural. Dessa maneira, a edificação cumpre os requisitos que justificam a sua proteção enquanto bem cultural do município de Belo Horizonte.

6.2 Caracterização arquitetônica e de bens integrados

O edifício “A”, situado à Alameda Ezequiel Dias, 45 e inaugurado em janeiro de 1953, tem partido arquitetônico em “L”, conforme ilustra a implantação abaixo, possui gabarito de 4 pavimentos e estilo vinculado ao movimento moderno. Originalmente, seu acesso (seta 1) dava-se pela fachada principal, à própria Alameda Ezequiel Dias. Contudo, após a construção do edifício “B”, o acesso ao complexo de edifícios do DER foi transferido para a Avenida dos Andradas (seta 2). Conforme relatos de funcionários do órgão, o acesso 1 dava-se por uma escada que vencida a diferença de nível entre a Alameda e o nível de implantação do edifício “A”. De fato, data de junho de 1985 o projeto de paisagismo que remodelou toda a ambiência das áreas ajardinadas entre os edifícios “A” e “B”, inclusive junto ao gradil da Alameda Ezequiel Dias, assinado por José Barbosa Sodré e que integra o arquivo de projetos consultados no DER.



Sede DER-MG. Implantação dos edifícios “A” e “B”, acessos 1 e 2. Fonte: Google Maps, modificado pelas autoras, 2023.

A fachada principal do edifício “A” possui superfície côncava, apresentando no térreo um vão que marca o acesso ao hall de entrada. O referido vão é sustentado por cinco pilares de seção circular, sendo os três pilares centrais integrados por uma marquise em concreto que acompanha a curvatura da fachada. Tanto os pilares, quanto a parede do acesso ao hall, são revestidos em mármore, sendo o acesso feito por três portas monumentais em esquadrias de serralheria e vidro. Embora apresente formas orgânicas, observa-se também na serralheria a presença dos conceitos do movimento moderno através da constituição de um módulo único que se repete compondo as esquadrias. A fachada, com orientação oeste, nos três pavimentos superiores emoldura três níveis de brises verticais em concreto, distinguidos entre si pelo avanço das lajes. Os três níveis, incluindo alvenaria, brises e lajes, são revestidos em pequenas pastilhas multicoloridas em tons pastel e encimado por cimalha que coroa a platibanda na qual o telhado é embutido.



Sede DER-MG. Fachada principal do edifício “A” à Alameda Ezequiel Dias, 45, com destaque para a superfície côncava, o vão no térreo e os três pavimentos superiores em composição que emoldura brises verticais de concreto. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Vão no térreo da fachada principal do edifício “A”, com destaque para os pilares de seção circular que o sustentam e marquise em concreto que une os três pilares centrais. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Vão no térreo da fachada principal que marca o acesso ao hall de entrada do edifício “A”, com destaque para os pilares e alvenaria revestidos em mármore. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Vão no térreo da fachada principal do edifício “A”, com destaque para as portas monumentais em serralheria e vidro que fazem o acesso ao hall de entrada. Fonte: DIPC, 2023.

A fachada voltada para a Alameda Vereador Álvaro Celso apresenta no nível térreo o acabamento na mesma pastilha multicolorida da fachada principal. Uma moldura destacada na fachada diferencia o tratamento nos demais pavimentos, nos quais a alvenaria recebeu o falso rusticado. Destaca-se ainda um volume vertical, que abriga a casa de máquina dos elevadores acima da cobertura. Compõe o referido volume um pano de tijolos de vidro que possibilita a iluminação da circulação vertical no interior do edifício, além de oito aberturas menores e ritmadas com fechamento em vidro no topo da casa de máquinas. A composição do volume horizontal da fachada é feita por vãos de janelas que apresentam forma e dimensão padronizadas, sendo dispostas com mesmo espaçamento nos quatro pavimentos. No pavimento térreo as esquadrias são em serralheria, apresentando quatro bandeiras: uma fixa inferior e três básculas; nos três pavimentos superiores as esquadrias são do tipo guilhotina em madeira e vidro, apresentando duas bandeiras: uma fixa superior e uma móvel, ambas divididas em quatro partes iguais. Nos três pavimentos superiores, os vãos apresentam

contra-verga destacada a cada duas janelas, compondo singela ornamentação. No térreo e no primeiro pavimento os vãos de janelas são providos de grades numa composição de linhas horizontais e verticais, sendo as últimas unidas por arcos nas extremidades. Tanto o volume da casa de máquinas, quanto o bloco do edifício são coroados por cimalha sobre platibanda na qual o telhado é embutido.



Sede DER-MG. Fachada lateral direita do edifício “A”, voltada para a Alameda Vereador Alvaro Celso. Fonte: Google Street View, 2022.

Nas demais fachadas, o tratamento segue a mesma lógica daquelas junto aos logradouros públicos, sendo compostas por marquises, vãos de janelas modulados e ritmados, brises horizontais, molduras, revestimentos em pequenas pastilhas multicoloridas e falso rusticado, esquadrias em madeira, serralheria e vidro.

A cobertura atualmente apresenta 6 águas, em telhas de fibrocimento com algumas telhas para ventilação, embutida por platibanda, encimada por cimalha em toda sua extensão.



Sede DER-MG. Detalhe da fachada do edifício “A” voltada para a Alameda Vereador Álvaro Celso, no qual observa-se a diferença no acabamento das alvenarias e esquadrias no térreo e demais pavimentos, além da grade nos vãos de janelas do térreo e primeiro pavimento. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Detalhe da fachada do edifício “A” paralela à Alameda Ezequiel Dias e recuada em relação à fachada principal. Observa-se o tratamento semelhante das fachadas, com destaque para os brises horizontais revestidos em pastilhas, os panos de alvenarias tratados com o falso rusticado, a modulação e ritmo das aberturas e esquadrias e a marquise de concreto no pavimento térreo. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, com destaque para a volumetria em “L”, cobertura de fibrocimento com 6 águas e telhas de ventilação, tratamento das fachadas voltadas para o interior do complexo semelhante àquele dado às fachadas junto aos logradouros públicos. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, com destaque para a volumetria em “L”, cobertura de fibrocimento com 6 águas e telhas de ventilação, tratamento das fachadas voltadas para o interior do complexo semelhante àquele dado às fachadas junto aos logradouros públicos. Fonte: DIPIC, 2023.

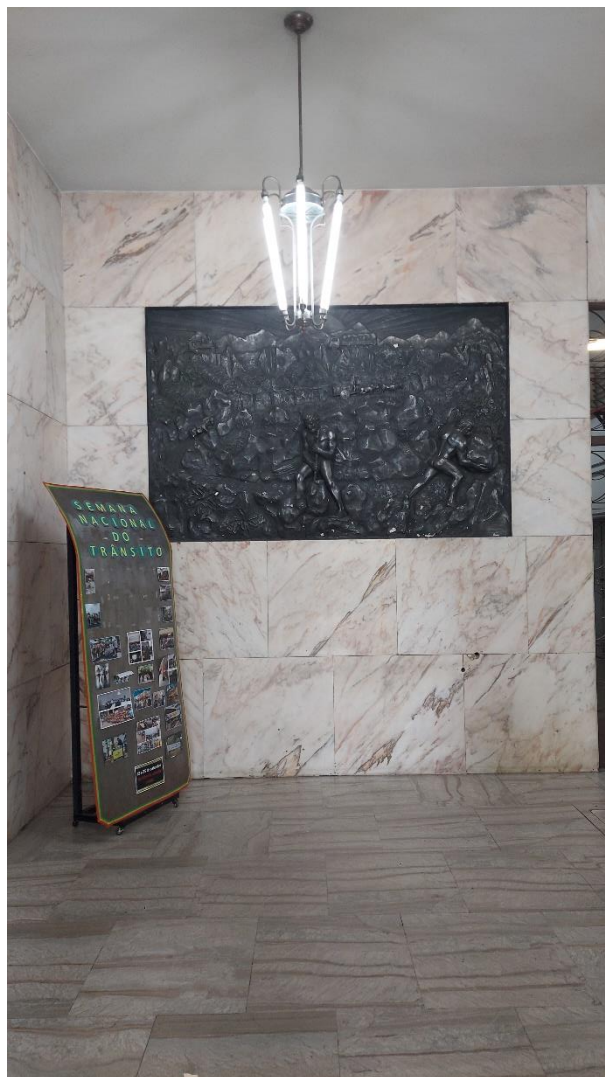
Internamente, o edifício dispõe de hall de entrada, todo revestido em mármore e com pé direito elevado, o qual se mantém em todo o andar térreo. O hall foi adornado inicialmente por três painéis em bronze, os quais constituem bens integrados. Atualmente, encontram-se no local apenas dois dos painéis, tendo sido removido o de menor dimensão. Os painéis fazem referência alegórica à produção cafeeira, metalurgia e mineração, destacando-se a força econômica do estado de Minas Gerais. A iluminação do hall também se destaca pelo uso de luminárias pendentes com seis lâmpadas tubulares cada, dispostas inclinadamente compondo uma volumetria cônica invertida e cujas variações são verificadas em todo o edifício, num apuro estético e zeloso do projetista que se soma aos demais detalhes. As luminárias em questão e todas as suas variações constituem também bens integrados ao edifício. Pelo hall, faz-se o acesso às áreas de trabalho no térreo, marcada por pórtico monumental em serralheria, semelhante às portas de acesso ao edifício. Também pelo hall faz-se o acesso vertical aos demais pavimentos através de dois elevadores e escada convite, revestida em mármore, com corrimão e guarda-corpo metálicos, com desenho que se assemelha ao das portas e pórtico em serralheria.



Sede DER-MG. Edifício “A”, hall de entrada com destaque para os painéis em bronze com alegorias que remetem às principais atividades econômicas do estado de Minas Gerais à época, além do revestimento em mármore a iluminação por luminárias pendentes e o acesso às repartições marcado por pórtico em serralheria. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para um dos painéis em bronze, bem cultural integrado, que adorna o hall de entrada com alegorias que remetem às principais atividades econômicas do estado de Minas Gerais à época, além do revestimento em mármore e a iluminação por luminárias pendentes, bens culturais integrados. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para um dos painéis em bronze, bem cultural integrado, que adorna o hall de entrada com alegorias que remetem às principais atividades econômicas do estado de Minas Gerais à época, além do revestimento em mármore e a iluminação por luminárias pendentes, bens culturais integrados. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para a circulação vertical composta por dois elevadores e escada convite. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para a escada convite revestida em mármore, com corrimão e guarda-corpo metálicos. Fonte: DIPC, 2023.

Longos corredores revestidos a meia altura e piso em marmorite, fazem a distribuição do fluxo nas repartições. As portas são em madeira, com larguras variáveis, sendo que algumas são integradas por passadouros. Observa-se ainda vãos altos com venezianas de vidro a fim de possibilitar a circulação de ar. Os banheiros coletivos, divididos por sexo, possuem anteparo em alvenaria sinuosa de tijolos de vidro. Essa solução funcional e estética é verificada também nos demais pavimentos. Atualmente, observa-se intervenções recentes de instalações elétricas e de segurança e combate a incêndio e pânico aparentes.



Sede DER-MG. Edifício “A”, circulação horizontal no nível térreo, com destaque para o revestimento em marmorite no piso e a meia altura nas alvenarias, portas com larguras variáveis em madeira, venezianas de vidro para circulação, luminárias pendentes com duas lâmpadas tubulares horizontais, numa variação do mesmo estilo daquelas presentes no hall de entrada e que constituem bens integrados. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito elevado no nível térreo, luminárias pendentes e anteparo em alvenaria sinuosa de tijolos de vidro, através da qual faz-se acesso aos sanitários coletivos masculino e feminino. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito elevado no nível térreo, portas em madeira com larguras variadas e veneziana de vidro para possibilitar a circulação de ar. Instalações elétricas e de segurança e combate a incêndio e pânico, recentes e aparentes. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para porta de madeira com passa-documentos, revestimento em marmorite no piso e meia altura das alvenarias nas circulações horizontais dos pavimentos. Fonte: DIPC, 2023.

Nos demais pavimentos, com pé direito mais baixo em relação àquele do nível térreo, a caixa de escada e a alvenaria onde se localizam as portas dos elevadores mantém o revestimento em mármore, sendo o piso das circulações do pavimento e suas alvenarias revestidos a meia altura em marmorite. O interior das salas possui revestimento em tacos de madeira, cujas paginações diferenciam-se por pavimento.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito mais baixo nos níveis superiores em comparação com o do nível térreo. Caixa de escada e alvenaria das portas dos elevadores revestida em mármore. Piso e alvenaria até meia altura das áreas de circulação revestidas em marmorite. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito mais baixo nos níveis superiores em comparação com o do nível térreo. Anteparo em alvenaria sinuosa de tijolos de vidro pela qual faz-se o acesso aos sanitários coletivos masculino e feminino. Piso e alvenaria até meia altura das áreas de circulação revestidas em marmorite. Fonte: DIPC, 2023.



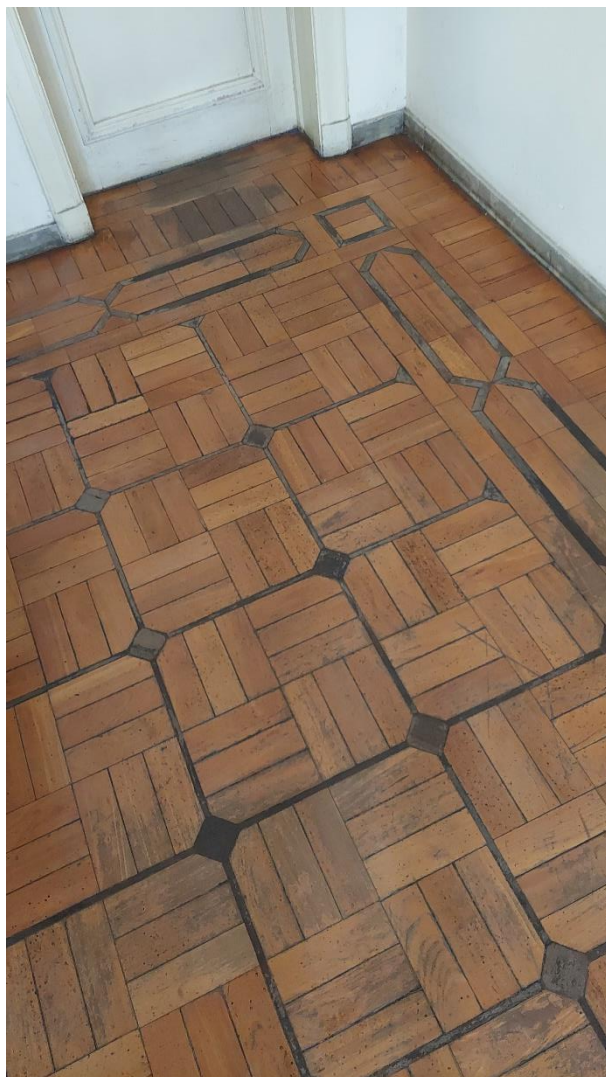
Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito mais baixo nos níveis superiores em comparação com o do nível térreo. Piso e alvenaria até meia altura das áreas de circulação revestidas em marmorite. Fonte: DIPIC, 2023.



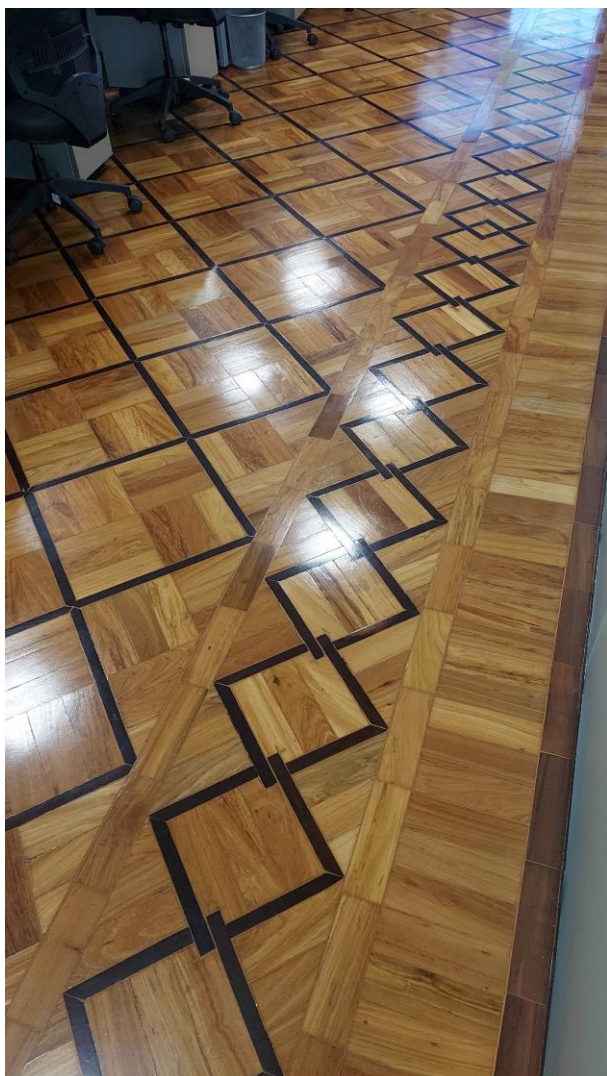
Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para o pé direito mais baixo nos níveis superiores em comparação com o do nível térreo. Piso das salas em taco com paginações que se diferenciam por pavimento. Esquadrias do tipo guilhotina em madeira e vidro, com grade externa na dimensão do vão. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para uma das variações da paginação do piso em taco no interior das salas dos pavimentos superiores. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para uma das variações da paginação do piso em taco no interior das salas dos pavimentos superiores. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para uma das variações da paginação do piso em taco no interior das salas dos pavimentos superiores. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, destaque para a bomba da caixa de escadas. Fonte: DIPC, 2023.

As imagens abaixo ilustram as variações verificadas no edifício no que se refere às luminárias pendentes com lâmpadas tubulares, as quais constituem bens integrados.



Sede DER-MG. Edifício “A”, variação de luminária pendente com duas lâmpadas tubulares dispostas horizontalmente. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, variação de luminária pendente com três lâmpadas tubulares dispostas horizontalmente. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, variação de luminária pendente com quatro lâmpadas tubulares de comprimentos variáveis, sendo duas de cada, dispostas de forma simétrica e horizontal. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “A”, variação de luminária pendente com seis lâmpadas tubulares dispostas de inclinadamente compondo uma forma cônica invertida. Fonte: DIPC, 2023.

Por sua vez, o edifício “B”, situado à Avenida dos Andradas, 1120 e cujo projeto estrutural data de 1972, possui partido arquitetônico retangular, conforme ilustrado pela implantação no início dessa seção, com gabarito de 13 pavimentos, incluindo o mezanino, e estilo vinculado ao movimento moderno. O edifício tem estrutura de concreto armado aparente, sendo que os pilares e vigas do térreo apresentam uma composição de formas geométricas triangulares, remetendo simbolicamente à própria marca do DER. Seu acesso principal dá-se por escada sobre a qual avança uma grelha em concreto parcialmente em balanço, que cobre inclusive a baía de veículos para embarque e desembarque de passageiros. Atualmente o edifício conta com rampa para acessibilidade.

No térreo, a fachada é recuada e possui pé direito mais elevado com mezanino. O vão entre pilares é fechado com esquadrias de caixilhos de alumínio e vidro, havendo partes fixas e móveis do tipo maxim ar. Nos demais pavimentos, a fachada frontal conta com saliências verticais em concreto, igualmente espaçadas entre si. Observa-se a aplicação da fachada livre, sendo que as lajes são recuadas em relação ao pano envidraçado da fachada, que assim como no térreo, conta com folhas fixas e outras do tipo maxim ar.

Já nas fachadas laterais, observa-se empenas cegas, com fechamento ondulado, sendo os pavimentos marcados pelas lajes e havendo um elemento vertical central composto por esquadrias mais estreitas, porém, seguindo o mesmo sistema de abertura das anteriores.

A fachada posterior, possui as mesmas saliências verticais em concreto, porém, os espaçamentos entre elas são irregulares. Além disso, o fechamento, além de panos de vidro, dá-se também por alvenaria e venezianas.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe para o acesso principal, letreiro de identificação do imóvel e grelha em concreto armado que avança sobre a escada e baía de veículo para embarque e desembarque de passageiros. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe da fachada frontal e lateral direita. Fonte: Google Street View, 2022.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe da fachada posterior. Fonte: DIPC, 2023.

Internamente, o térreo e o mezanino possuem piso e algumas alvenarias revestidas em pedras naturais, destaca-se o concreto aparente da estrutura e acabamento cimentício de algumas alvenarias. Nas repartições verifica-se o uso de Paviflex e planta livre.

Nos pavimentos superiores verifica-se o rebaixamento em gesso, com luminárias do tipo calha embutida, as divisórias amadeiradas, o mobiliário e portas revestidas em fórmica e o piso em Paviflex.

No último pavimento tem-se o foyer para o auditório, cujos acessos faz-se por elevadores até o penúltimo andar e por escada em concreto aparente, com viga central e plataforma elevatória.

Tanto o foyer, quanto o auditório possuem rebaixamento de gesso diferenciado em relação aos demais pavimentos, com forma modular quadrada com círculos circunscritos com superfícies côncavas e convexas, sendo as luminárias presentes em alguns dos módulos, coincidente com a forma circular convexa, o piso é em carpete, sendo bege no foyer e azul no auditório. O auditório tem os assentos assinados por Sérgio Rodrigues, arquiteto e designer brasileiro de reconhecimento internacional. O palco é composto por mesa e cadeiras BRNO, do arquiteto alemão Mies van der Rohe.

No nível do foyer e auditório faz-se também o acesso a um terraço, marcado pelo ritmo das saliências verticais da fachada frontal, as quais unem-se a elementos horizontais que coroam o edifício, formando uma pérgula. Pelo terraço tem-se um verdadeiro mirante para a Avenida dos Andradas e a região norte da cidade. Pode-se ainda contemplar os canteiros ajardinados no nível térreo e a paginação de piso dos passeios em

pedra portuguesa, a qual faz uso das formas triangulares, que remetem novamente à marca do DER e à estrutura do edifício. Os passeios demandam manutenção em alguns pontos para recomposição da paginação.



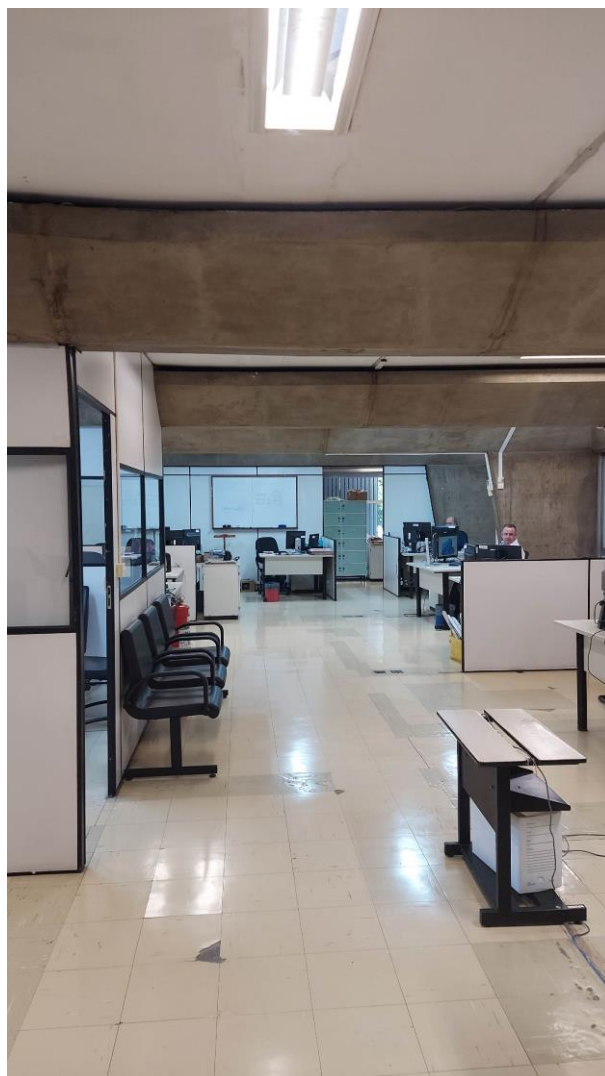
Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe do hall de acesso visto do mezanino, com detalhe para a estrutura em concreto aparente com formas triangulares. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe de alvenaria no mezanino revestida em mármore, vigas em concreto aparente e formas triangulares. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe do hall de elevadores no mezanino com revestimento do piso em mármore, estrutura em concreto armado aparente com formas geométricas triangulares. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, repartições de trabalho no mezanino, com piso em Paviflex, estrutura em concreto armado aparente com formas geométricas triangulares, planta livre. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, exemplar das circulações horizontais nos pavimentos superiores, com divisórias em madeira, piso em Paviflex, rebaixamento em gesso com luminárias do tipo calha de embutir. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, exemplar das salas de trabalho nos pavimentos superiores, mobiliário revestido em fórmica, divisórias em madeira, piso em Paviflex, rebaixamento em gesso com luminárias do tipo calha de embutir. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, exemplar de portas nos pavimentos superiores, revestida em fórmica, piso em Paviflex, rebaixamento em gesso. Fonte: DIPC, 2023.



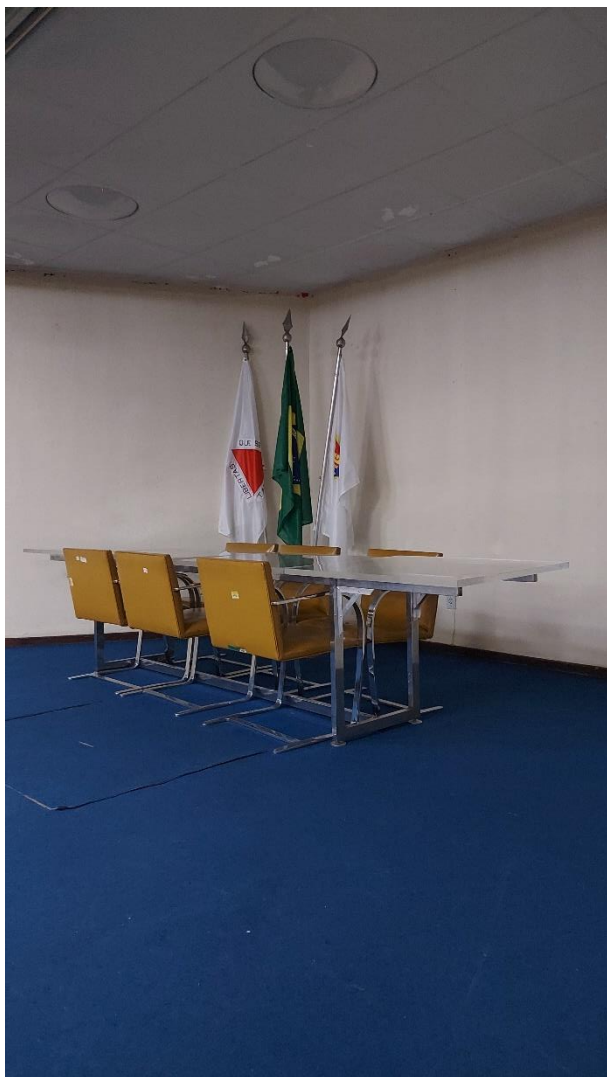
Sede DER-MG. Edifício “B”, exemplar de hall de elevadores, com piso revestido em mármore, rebaixamento em gesso. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, escada em concreto e plataforma elevatória que fazem acesso ao foyer do auditório no último pavimento. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, foyer do auditório, com acesso ao terraço, piso em carpete e rebaixamento de gesso. Fonte: DIPC, 2023.



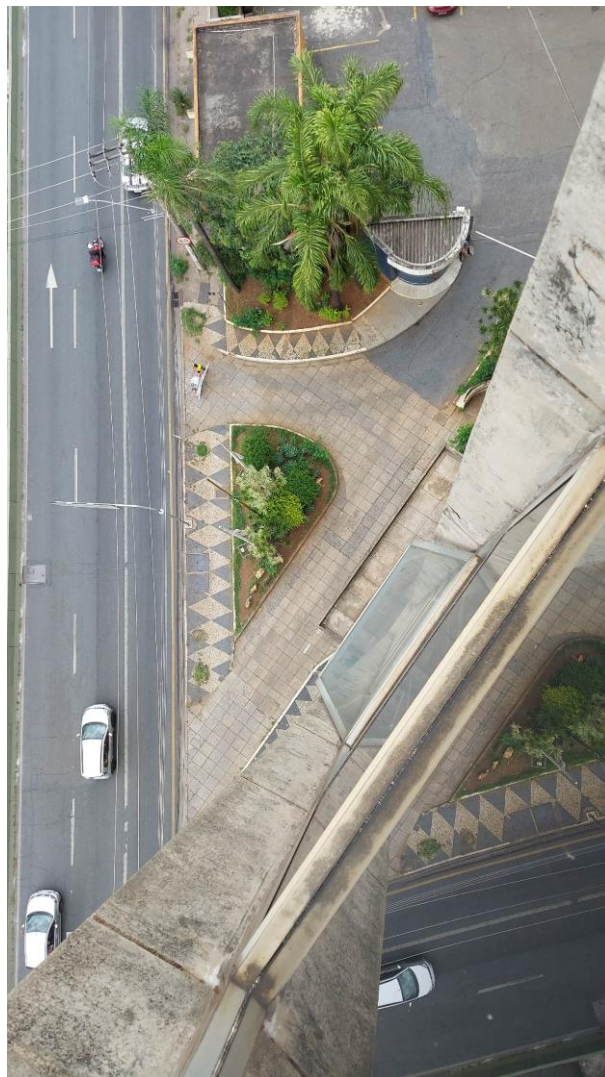
Sede DER-MG. Edifício “B”, palco do auditório com mesa e cadeiras BRNO do arquiteto alemão Mies van der Rohe. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, assentos do auditório do arquiteto e designer brasileiro Sérgio Rodrigues. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, terraço acessado pelo foyer do auditório, onde se observam as saliências verticais da fachada frontal unirem-se aos elementos horizontais em concreto, formando um pergolado no coroamento do edifício. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, vista superior dos canteiros ajardinados no nível da Avenida dos Andradas, com destaque para a paginação do passeio em pedras portuguesas, com formas triangulares que remetem à marca do DER e à estrutura do edifício. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Detalhe do passeio em pedras portuguesas, demandando manutenção para recomposição da paginação. Fonte: DIPIC, 2023.



Sede DER-MG. Edifício “B”, detalhe no nível térreo da fachada posterior, em que se destacam as formas geométricas triangulares da estrutura em concreto armado aparente. Fonte: DIPIC, 2023.

6.3 Bens móveis

6.3.1 Mobiliário de Sérgio Rodrigues

Nascido em 1927, no Rio de Janeiro, Sérgio Rodrigues formou-se arquiteto em 1952 e integrou de forma harmoniosa as três áreas em que militou: a arquitetura, o design e o desenho. Quebrou paradigmas ao desenvolver uma linguagem própria em busca da identidade brasileira, num contexto em que os brasileiros viviam uma atmosfera de invenção e brasilidade nas artes plásticas, na música e na arquitetura, com a construção de Brasília.

Sérgio Rodrigues supriu a lacuna da arquitetura moderna brasileira, com a produção de móveis que acompanhassem essa contemporaneidade. Abusando da madeira e do couro, suas criações com design moderno, confortável e próprio para o clima tropical brasileiro foram encomendados em grande escala e levados para Brasília.



Sérgio Rodrigues em seu estúdio de criação em Botafogo, Rio de Janeiro, na década de 1990. Fonte: Instituto Sérgio Rodrigues, disponível em: < <http://www.institutosergirodrigues.com.br/Biografia/1/O-Brasil-na-ponta-do-lapis> > Acesso em 14 de dezembro de 2023.



Croqui da poltrona Candango, criada por Sérgio Rodrigues em 1962, para o auditório Dois Candangos na Universidade de Brasília (UNB). Fonte: Instituto Sérgio Rodrigues, disponível em: < <http://www.institutosergirodrigues.com.br/Biografia/17/A-bossa-em-Brasilia> >. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

Em 2004, aos 78 anos, Sérgio Rodrigues ganhou sua primeira mostra individual no exterior, na 25th Century, galeria de Tribeca, em Nova York. A exposição ocorreu 43 anos após ele vencer o IV Concurso Internacional do Móvel em Cantu, na Itália e representou uma redescoberta do arquiteto após seus móveis serem atração exclusiva da loja Brazilian Interiors, em Carmel, na Califórnia, entre 1966 e 1968, e depois da poltrona Mole passar a integrar, em 1974, a coleção de design do Museum of Modern Art (MoMA), de Nova York. Dentre outros prêmios e exposições, somam-se ao seu reconhecimento internacional o Prêmio Lapiz de Plata da Bienal de Arquitetura de Buenos Aires em 1989, pelo conjunto de sua obra e a participação, em 1993, da mostra Convegno Brasile – La Costruzione de uma Identita Culturale, em Brescia, na Itália, juntamente com Zanine Caldas e Lucio Costa.

Sérgio Rodrigues faleceu precocemente em setembro de 2014, em plena verve criativa. Sua contribuição para design de mobiliário moderno verdadeiramente brasileiro é inegável e sua produção chega a marca de aproximadamente 1.200 diferentes modelos de móveis, em pouco mais de meio século de dedicação profissional.

Os assentos do auditório do edifício “B”, sede do DER, são assinados por Sérgio Rodrigues e datam de 1965. Possuem estrutura em madeira nobre (jacarandá), com assentos articulados em couro na cor mostarda e pés de ferro tubular.



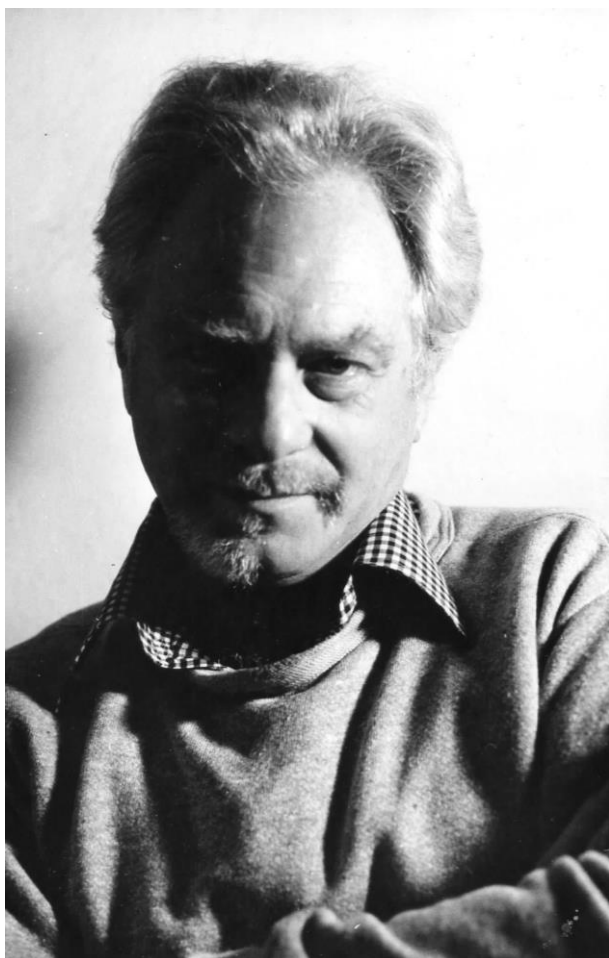
Sede DER. Auditório do Edifício “B”, com destaque para os assentos assinados por Sérgio Rodrigues (1965). Fonte: DIPIC, 2023.

6.3.2. Mobiliário de Jorge Zalszupin

Nascido na Polônia em 1922 e seduzido pela arquitetura de Le Corbusier desde os 15 anos, Jorge Zalszupin estudou durante a guerra e formou-se em 1945. Desiludido com a destruição que testemunhou em sua cidade e após uma temporada na França, mudou-se para o Brasil, onde desenvolveu sua arquitetura inigualável, sensível e moderna.

Para ter a aceitação dos clientes por suas ideias arrojadas, Jorge iniciou construindo sua própria casa (1960-1962) e, naturalmente, desenhando o mobiliário adequado à arquitetura. Mais adiante, seu mobiliário de linhas puras, confortável e atemporal, com execução primorosa e uso de materiais nobres, foi industrializado. A marca L'Atelier espalhou-se por quase todo o Brasil e seus showrooms foram referenciais de modernidade. Nas décadas de 1960 e 1970, os prédios públicos de Brasília receberam inúmeros exemplares. Sua fábrica trabalhava com estrutura robusta com equipe que incluía designers, arquitetos, engenheiros, artesãos e outros profissionais que colaborava desde a pesquisa de materiais até o produto final, acabado e comercializado.

Jorge Zalszupin faleceu em 2020, deixando como legado um acervo de grande importância cultural.



Ateliê de Jorge Zalszupin. Foto Potyra Tamoyos. Fonte: Casa Zalszupin. Disponível em: < <https://www.casazalszupin.com/pt/> > acesso em 14 de dezembro de 2023.



Jorge Zalszupin. Fonte: Casa Zalszupin. Disponível em: < <https://www.casazalszupin.com/pt/jorge/> > acesso em 14 de dezembro de 2023.

Jardim sul da Casa Zalszupin com vista para sala de jantar. Foto Potyra Tamoyos. Fonte: Casa Zalszupin. Disponível em: < <https://www.casazalszupin.com/pt/> > acesso em 14 de dezembro de 2023.

O setor da Diretoria do edifício “B”, sede do DER, possui uma vasta coleção de móveis de escritório assinados por Jorge Zalszupin. Dentre os móveis incluem-se vários exemplares de mesas de trabalho, rodízios, aparadores, estantes e mesas de reunião em madeira nobre (jacarandá) taqueada, além de exemplares da cadeira Sênior.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalszupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mesa de jantar Guarujá, assinada por Jorge Zalszupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalszupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalszupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Exemplar de mobiliário assinado por Jorge Zalsupin. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER-MG. Diretoria do Edifício “B”. Cadeiras Senior, assinadas por Jorge Zalszupin. Fonte: DIPIC, 2023.

6.3.3. Mobiliário de Mies van der Rohe

Nascido em Aachen, na Alemanha, em 27 de março de 1886, Ludwig Mies van der Rohe é um dos arquitetos mais influentes do século XX, conhecido por sua contribuição fundamental no modernismo. Sua carreira começou no estúdio de Peter Behrens, onde trabalhou ao lado de Walter Gropius e Le Corbusier. Por quase um século, o estilo minimalista de Mies popularizou-se sendo seu aforismo “menos é mais”, proferido inclusive por aqueles que desconhecem a origem.

Combinando as preocupações industriais funcionalistas de seus contemporâneos modernistas com um impulso estético em direção aos elementos mínimos, Mies iniciou o desenvolvimento de seu estilo durante a década de 1920, rejeitando os sistemas tradicionais de compartimentação e confiando fortemente no vidro para dissolver a fronteira entre interior e exterior. Entre 1930 e 1933, Mies ocupou o cargo de diretor da Bauhaus, quando foi forçado a fechar sob pressão do governo nazista. Em 1932, sua obra foi destaque na mostra The International Style, organizado pelo MoMA, com curadoria de Philip Johnson e Henry-Russell Hitchcock, reforçando seu destaque como um dos líderes do movimento modernista e contribuindo para a difusão do movimento para um público mais amplo e internacional.

Em 1937, Mies migrou para os Estados Unidos, estabelecendo-se em Chicago e tornando-se chefe do Instituto de Tecnologia de Illinois, onde desenvolveu “a segunda escola de arquitetura de Chicago”.

Mies van der Rohe faleceu em agosto de 1969.

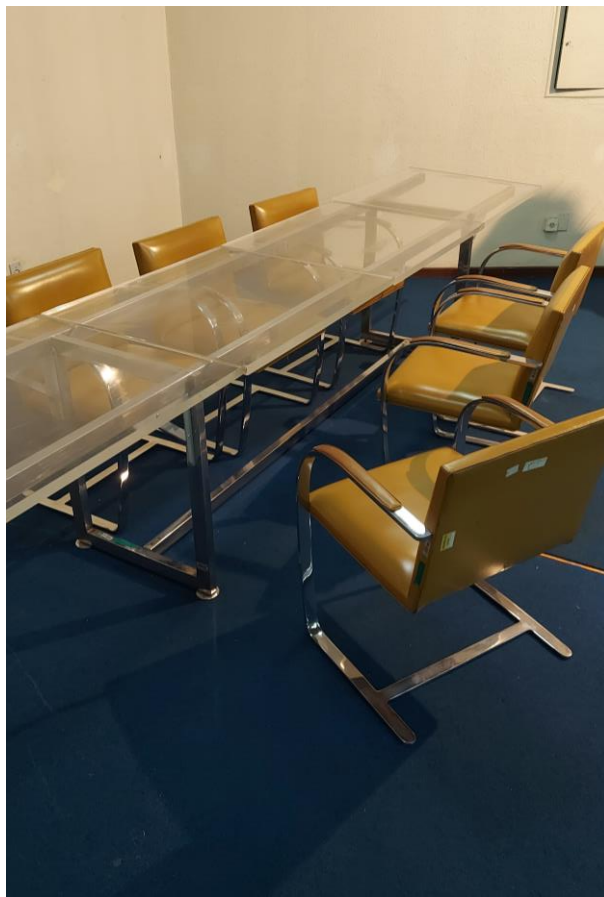


Mies van der Rohe. Fonte: Projetou. Disponível em: < <https://www.projetou.com.br/posts/mies-van-der-rohe/> >. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

O palco do auditório do edifício “B” dispõe de mesa e cadeiras BRNO, possivelmente para composição das mesas solenes dos eventos nele realizados. As cadeiras BRNO, assinadas por Mies van der Rohe possuem estrutura em barra chata de aço inox maciço e polido, com estofado em couro na cor mostarda.



Sede DER. Auditório edifício “B”. Mesa e cadeiras BRNO. Fonte: DIPC, 2023.



Sede DER. Auditório edifício “B”. Mesa e cadeiras BRNO. Fonte: DIPC, 2023.

6.3.4. Tela de Álvaro Apocalypse

Álvaro Brandão Apocalypse nasceu em 14 de janeiro de 1937 em Ouro Fino e faleceu em Belo Horizonte em 6 de setembro de 2003. Foi um pintor, ilustrador, gravador, desenhista, diretor de teatro, cenógrafo, professor, museólogo e publicitário. No início da década de 1950, já na adolescência, veio Belas Artes com Alberto da Veiga Guinard. Em 1956, estudou gravura em metal e litografia na Escola Guinard e iniciou o curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. EM 1959, lecionou na recém-criada Escola de Belas Artes da Faculdade de Arquitetura da UFMG, da qual se tornou professor titular em 1981. Em 1962, tornou-se professor da Fundação mineira de Arte. Em 1970, Álvaro Apocalypse criou o Grupo Giramundo de Teatro de Bonecos, em 1970, e produziu cenários, figurinos e marionetes para várias peças teatrais. No total produziu e dirigiu 27 espetáculos no Giramundo.



Álvaro Apocalypse. Fonte: UFMG. Disponível em: < <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/alvaro-apocalypse-e-homenageado-com-mostra-de-desenhos-e-pinturas> >. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

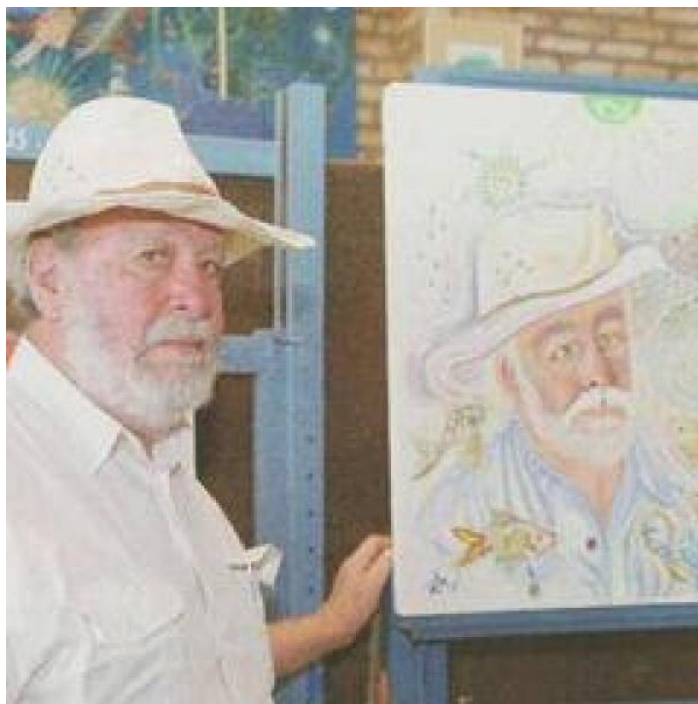
A Diretoria do edifício “B”, sede do DER, dispõe de uma tela de grandes dimensões assinadas por Álvaro Apocalypse e datada de 1975.



Sede DER-MG. Tela assinada por Álvaro Apocalypse, datada de 1975, que constitui bem cultural integrado ao edifício. Fonte: DIPC, 2023.

6.3.5. Tela de Petrônio Bax

Petrônio Bax nasceu em oliveira, em 11 de maio de 1927 e faleceu em Belo Horizonte, em 19 de novembro de 2009. Foi pintor, desenhista, gravurista e escultor. Entre 1946 e 1951, estudou pintura com Alberto da Veiga Guinard e escultura com Franz Weissmann no Instituto de Belas Artes da Escola Guinard.



Petrônio Bax. Fonte: Galeria Firenze. Disponível em: < <https://www.galeriafirenze.com.br/?pg2=artista&id=36> >. Acesso em 14 de dezembro de 2023.

A Diretoria do edifício “B”, sede do DER, dispõe de uma tela de grandes dimensões assinadas por Petrônio Bax e datada de 1975.



Sede DER-MG. Tela assinada por Bax, datada de janeiro de 1975, que constitui bem cultural integrado ao edifício. Fonte: DIPIC, 2023.

7 – JUSTIFICATIVA PARA O TOMBAMENTO

No contexto da política de proteção cultural do município de Belo Horizonte, focada na proteção de Conjuntos Urbanos, entende-se a preservação de determinada edificação como a valorização dos elementos simbólicos que remetem à história da ocupação de uma mancha urbana, no caso presente, da mancha que abarca partes do bairro Santa Efigênia. A preservação, nessa política, é compatível com as novas inserções urbanas, numa dinâmica inevitável de ressignificações. Seu objetivo fundamental é a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, ao valorizar seus lugares da memória, sua identidade, suas referências cotidianas.

A identificação dos valores é uma referência fundamental para a patrimonialização de um bem e a sua preservação, cujo objetivo principal é proteger os seus significados, de acordo com os critérios estabelecidos quando de seu tombamento. A tarefa de proteger o patrimônio cultural impõe, assim, o exercício do julgamento e a tomada de decisões cujos efeitos, sentidos por longo tempo, determinarão muito do que as gerações futuras vão conhecer sobre o seu passado e buscarão compreender o presente. Trata-se do que queremos que seja transmitido para futuras gerações, ou seja, do que esperamos para nossa cultura em um futuro que dependerá também das escolhas feitas no presente.

Diversas edificações pertencentes ao **Conjunto Urbano Avenida Carandaí Avenida Alfredo Balena e Adjacências** apresentam caráter referencial e simbólico para a cidade, tendo sido indicadas como bens culturais merecedores de tombamento. Sua proteção, além de propiciar um registro histórico dessa região da cidade, contribui para manter uma salutar heterogeneidade do espaço, tanto em termos volumétricos, quanto ambientais e de usos.

É nessa perspectiva que contemplamos a preservação do imóvel. O seu tombamento trará relevantes contribuições por garantir às atuais e futuras gerações de belo-horizontinos, bem como cidadãos de outros lugares, o direito à informação, à contemplação e à experiência no contato com o patrimônio constituído em outros tempos, possibilitando um diálogo intergeracional, reconhecimento de seu valor simbólico, isto é, não material, que se mantém, mesmo quando o bem cultural abriga outros usos que não original. Preservar a edificação em questão significa resguardar a forma de vivência demonstrada por meio das características arquitetônicas desta edificação e dos outros bens culturais protegidos que configuraram seu entorno, nas quadras adjacentes, e o tornam representativos dessas formas de viver num determinado período da história da cidade de Belo Horizonte. Em outras palavras, a preservação desse bem cultural é uma forma de tentar resguardar uma

ambiência histórica. A sua vizinhança e o entorno, com imóveis protegidos, confirmam a importância destes marcos para a cidade de Belo Horizonte.

Por sua vez, a preservação dessas ambiências históricas, terminam orientando boas práticas de intervenção nesses contextos históricos e culturais, uma vez que as recomendações caminham no sentido de conservar aquilo que é autêntico, integrar os bens culturais aos diversos contextos urbanos contemporâneos, respeitando, sempre que possível, os valores de antiguidade.

A preservação de ambiências históricas transmite legados culturais, contribuem para a reafirmação das identidades dos lugares e facilitam interações afetivas entre pessoas e ambientes patrimoniais.

Os documentos e informações reunidas permitiram a identificação de diversos valores para os bens culturais em questão. Para Riegl (2014), atribuímos valores históricos a um bem quando possui pertinência e relevância documental, tendo permanecido como vestígio de um contexto específico, do qual tem a capacidade de atuar como testemunha. Os valores históricos advêm do quanto o bem cultural influenciou determinada conjuntura histórica e social, ou mesmo do quanto foi influenciado por ela, sendo mais acentuados quanto mais preservadas estiverem as evidências dessa associação com o passado (ICOMOS, 2013).

Os valores artísticos apontados por Vinãs (2005) estão em sintonia com as referências advindas da Carta de Burra (2004; 2013). Nesse documento, determina-se que os valores estéticos se referem às experiências sensoriais e de percepção do espaço, a conceitos estéticos formais que são culturalmente influenciados pelos costumes locais, assim como por características simbólicas que evocam estilos ou que sejam representativas de determinados imaginários (ICOMOS, 2013). Esses valores são contextualizados no projeto do edifício por meio das formas adotadas, implantação, proporções e composição geral.

Sobre o aspecto dos valores artísticos, cabe esclarecermos que a partir da evolução das políticas de preservação, após os anos 1970, e considerando a leitura ampliada do sentido da preservação em consonância com o art. 216, Seção II, da Constituição federal de 1998, os valores artísticos da edificação podem ser contextualizados especialmente nas formas, proporções, implantação, ornamentos, revestimentos e composição geral.

O valor científico como referencial de significância remete aos estudos acadêmicos voltados para a compreensão das estratégias de organização do espaço, técnicas construtivas e estudos da história da arquitetura. Aborda a relação com os hábitos, valores, modos de ser e viver, enfim, a cultura dos grupos formadores da sociedade belo-horizontina nos diversos períodos históricos. No campo da Educação pelo Patrimônio é exemplo que pode ser adotado para pesquisas sobre a forma como foram pensados e propostos os espaços voltados para a educação. Permite a estudantes de arquitetura, de sociologia e de outras áreas, assim como a demais pesquisadores, compreenderem o contexto da criação, propiciando reflexões, experiências e vivências sobre técnicas e soluções de construção e organização dos espaços destinados às escolas, suas diferenças e semelhanças com o tempo presente.

Os significados de identidade coletiva estão relacionados à relevância que assumem os espaços de convivência coletiva e afetiva. Os significados sentimentais mencionados por Vinãs (2005) justificam a preservação da edificação, enquanto lugar e referência espacial que remete a situações presentes na memória dos indivíduos, pois como se sabe, o espaço é o suporte da memória, remetendo a momentos e situações significativas da história de vida dos indivíduos. Ou seja, há um componente de memória que se refere à relação de cada indivíduo com o espaço em que habita e frequenta. O espaço é muitas vezes o suporte físico das memórias. Nesse sentido, o edifício se constitui como suporte físico para o que o historiador francês Pierre Nora denomina de “lugar de memória”, que pode ser o próprio edifício como também os acontecimentos, festas, aniversários, tratados, processos verbais e situações associadas a ele.

Tendo em vista todas as significâncias apresentadas no presente dossiê de tombamento, e em consonância com a Lei nº 3.802 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, indicamos a necessidade de ser deliberado o tombamento específico (terceiro grau de proteção) do bem cultural, incluindo a aprovação das diretrizes de preservação e de intervenção, como forma de garantir a sua preservação, bem como a ambiência de seu entorno imediato, promovendo as qualidades urbana, ambientais e cultural do local e da cidade de Belo Horizonte.

7.1 QUADRO-RESUMO DOS VALORES DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL ATRIBUÍDOS AO BEM

Valor	Justificativa
Históricos	• É uma referência de valor individual enquanto documento arquitetônico de uma fase evolutiva da cidade e faz parte de um conjunto edilício que contribui para a manutenção da ambiência do lugar e serve de registro histórico das formas de viver e de habitar na época da ocupação dessa região; • A edificação é representativa da ocupação da área do Parque Municipal, iniciado já em 1905, e que marcou o cenário daquela área no início do século XX; • O bem é um documento da história da arquitetura em Belo Horizonte com seu estilo, método construtivo e materiais da época da sua construção.
Estéticos	• O bem cultural é um exemplar significativo, vinculado às tipologias de uso institucional adotadas nos anos 1950 e 1970 na cidade de Belo Horizonte; • Os imóveis são exemplares cuja arquitetura vincula-se ao movimento moderno, apresentando características arquitetônicas do estilo. Destacam-se composição geométrica em linhas retas, marquises e frisos marcando a fachada acima de suas aberturas e coroamento reto, arrematado com o uso de frisos, elementos característicos do estilo; • As características estéticas do imóvel são atributos relevantes para a construção e manutenção da ambiência do entorno no qual o bem se insere.
Científicos	• O bem cultural é referência para pesquisas que envolvam as disciplinas de História, Arquitetura, dentre outras, em relação a aspectos técnicos, históricos e conceituais do conjunto urbano em outras temporalidades; • O imóvel documenta o processo de ocupação dessa região, sendo um registro do histórico da urbanização dessa área que influenciou diretamente na criação das imagens da cidade e suas respectivas memórias coletivas.
Sociais / Afetivos	• O imóvel contribui para a caracterização do Conjunto Urbano Avenida Carandaí Alfredo Balena e Adjacências que pode ser considerado “lugar de memória”, sendo uma região em torno da qual foram construídas memórias coletivas significativas; • O bem contribui para a construção da ambiência que sustenta o Conjunto Urbano Avenida Carandaí Alfredo Balena e Adjacências com espaço de referências simbólicas e espaciais para os moradores e frequentadores daquele espaço;
Valor de ambiência	• A edificação contribui para construção de uma ambiência no entorno em razão da sua conformação tipológica, altimetria e estilo arquitetônico que dialoga com algumas outras poucas edificações próximas com as mesmas características e contribui, de modo mais amplo, na construção da ambiência do Conjunto Urbano Avenida Carandaí Alfredo Balena e Adjacências.

8. DIRETRIZES DE PROTEÇÃO E DE INTERVENÇÃO

1. Fica proibida a construção de elementos que impeçam ou reduzam a visibilidade do bem tombado, conforme previsto no art. 17 da Lei Municipal n.º 3.802 de 06 de julho de 1984;
2. O tombamento é integral e incide sobre o conjunto das edificações presentes no lote. Anexos presentes construídos posteriormente e que não apresentam linguagem compatível com o bem tombado não são objetos do tombamento;
3. Os afastamentos em relação ao bem tombado, referentes a novas construções no lote do imóvel em questão e no lote lindeiro ficam definidos em 5 (cinco) metros em relação ao imóvel tombado;
4. A altimetria para novas edificações no lote do imóvel deverá ter o bem tombado como referência;
5. Deverão ser mantidas todas as esquadrias existentes de valor histórico e cultural, tanto portas quanto janelas, assim como suas ferragens, fechaduras e trincos. As esquadrias que foram substituídas deverão ser repropostas, conforme original, em momento oportuno. Caso haja necessidade de reversão e substituição das esquadrias estas devem ser previamente autorizadas pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural. Deverão ser mantidos também os gradis e grades, a fim de manter a preservação da permeabilidade visual. A inserção de novos gradis e grades deverão ser aprovados pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural.
6. Deverá ser mantido seu agenciamento externo existente;
7. Qualquer intervenção nas fachadas deverá ser no sentido de recuperação dos revestimentos e elementos decorativos de valor histórico e cultural, assim como a reversão de possíveis intervenções descaracterizantes. Fica proibida a supressão ou modificação dos elementos decorativos das fachadas (frisos, relevos e molduras) do bem cultural, salvo sob autorização. Os projetos de intervenção deverão ser previamente analisados e aprovados pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;
8. A edificação tombada deverá ser objeto de restauração supervisionada pela equipe técnica do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural e objeto de projeto específico a ser elaborado por arquiteto;
9. Eventuais engenhos de publicidade a serem instalados no imóvel deverão estar em conformidade com as diretrizes e deliberações vigentes definidas pelo CDPCM/BH, os quais deverão ter projeto aprovado pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;
10. Outros aspectos referentes à restauração do imóvel serão definidos a partir de vistoria prévia, com supervisão da equipe técnica do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural.
11. Projetos de intervenção para novo uso no bem tombado devem considerar como premissa a adaptação do uso ao bem e não o contrário.
12. Qualquer intervenção no telhado e cobertura deverá ser no sentido de reverter, substituir e preservar as diagramações, volumes, altimetrias, inclinação, telhas e acabamentos de bordas e arremates existentes ou originais, assim como a preservação dos seus materiais e sistemas

construtivos. O projeto de intervenção deverá ser previamente analisado e aprovado pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

13. Proposta de pinturas e texturas deverão ser submetidas à orientação e aprovação pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

14. O mobiliário e obras de arte descritas nesse dossiê são entendidos como bens culturais integrados aos imóveis, devendo ser mantidos no local, preservados e restaurados sob anuência prévia e supervisão do órgão municipal de gestão do patrimônio cultural;

15. Qualquer intervenção irregular e descaracterizante na volumetria e ambiência do imóvel deverá ser revertida e/ou tratada no sentido de recuperar a integridade ou atenuar o impacto. Os projetos de intervenção deverão ser previamente analisados e aprovados pelo órgão municipal de gestão do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCH Daily. Menos é mais: Mies van der Rohe, pioneiro do movimento moderno. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/959169/menos-e-mais-mies-van-der-rohe-pioneiro-do-movimento-moderno>>. Acesso em 14/12/2023.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

Barreto, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricos e Culturais, 1995.

BH: Horizontes históricos. Org. Eliana de Freitas Dutra; [textos]: Ciro Flávio Bandeira Mello [et al.] – Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

BLANCO, Giovanni Blanco e MALTA Campos Neto, Candido: **Redescobrimdo o Art déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense**, www.vitruvius.com.br/arquitextos/ janeiro 2003.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite: **Da etimologia ao sentido do patrimônio**, Trabalho apresentado no Encontro realizado em Mariana, M. G., em abril de 1999, parte de pesquisa desenvolvida junto ao CNPq, intitulada "Hermenêutica e Arquitetura".

BRUAND, Yves: **Arquitetura Contemporânea no Brasil**, São Paulo, Perspectiva, 1981.

Cartilha elaborada pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano, SMRU/PBH, 2002.

CASA Zalszupin. **Jorge**. Disponível em: < <https://www.casazalszupin.com/pt/jorge/> >. Acesso em 14/12/2023.

CAVALCANTI, Lauro: **Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960**, Aeroplano, Rio de Janeiro, 2001, p.468.

COSTA, Lucio: **Vanguarda permeada de tradição**, entrevista concedida a Hugo Segawa, revista Projeto, São Paulo, nº 140, outubro 1987.

Decreto nº 1.453, de 27 de março de 1901, Regulamento das Construções e demolições de obras da Cidade de Minas. Lei e Decretos do Estado de Minas Gerais, do anno de 1901.

Decreto nº 1.276 de 1899 – sobre a criação das colônias Bias Fortes, no vale do Córrego do Cardoso, Afonso Pena, no vale do Córrego Leitão e Adalberto Ferraz, no vale d córrego do Acaba Mundo.

Decreto nº 165 de 1º de setembro de 1933 – sobre Regulamento das Construções. Decreto nº 30 de 1º de agosto de 1938.

Decreto-Lei nº 84, de 21 de dezembro de 1940.

Diário Nacional, São Paulo, de 23 a 26 de agosto de 1928. Republicado na Arte em Revistanº 4 (Arquitetura Nova), CEAC, São Paulo, agosto de 1980.

Dossiê de Tombamento Conjunto Urbano do bairro Floresta processo nº 01.106250.95-57, vol. 1.

Escritura passada no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Minas, Comarca de Belo Horizonte.

Estado de Minas, 01 de Abril de 1992.

FIRENZE Galeria de Arte. Disponível em: < <https://www.galeriafirenze.com.br/?pg2=artista&id=36> >. Acesso em 14/12/2023.

GIOVANNONNI, Gustavo: **L'urbanisme face aux villes anciennes**. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

GOULART, Nestor dos Reis Filho: entrevista publicada em Projeto design, edição 287, Janeiro de 2004.

GUIMARÃES JR., Eduardo Mendes: **Forma e conteúdo da arquitetura contemporânea**, Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1954.

INSTITUTO Sérgio Rodrigues. **Biografia**. Disponível em: < <http://www.institutosergirodrigues.com.br/> >. Acesso em 14/12/2023

HERKENHOFF, Paulo: **The jungle in brazilian modern design**, in The Journal of Decorative and Propaganda Arts 1875-1945, Miami, 1995, N° 21, p. 241.

INVENTÁRIO DA ARQUITETURA MODERNA DE BELO HORIZONTE, Gerência do Patrimônio Histórico e Urbano - Secretaria de Regulação Urbana, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2004.

JENCKS, Charles. **Movimentos Modernos em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LAMPUGNANI, Vittorio Magnano: **Enciclopédia GG de la arquitectura del siglo XX**, Barcelona, Gustavo Gili, 1989.

LE VEM, Michel Marie. Classes sociais e poder político na transformação espacial de Belo Horizonte (1893/1914). Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. 1977.

LIMA, Benvindo, Canteiro de saudades - pequena história contemporânea de Belo Horizonte (1910-1950). Belo Horizonte, 1996.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida e ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte - um espaço para a República. Belo Horizonte. UFMG. 1989.

MAGNANI, J. G. Cantor, **DE PERTO E DE DENTRO: notas para uma etnografia urbana**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, n° 49, São Paulo, junho de 2002.

MAGNANI, J. G. Cantor: **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**, <http://www.aguaforte.com/antropologia/rua1.html> 2003.

MAGNANI, J.G. Cantor: **Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade**. São Paulo, Hucietec, 1998.

MARIANI, Alayde Wanderley. In: **Memória e Educação**. Rio de Janeiro: IBPC, 1992.

MARIANO FILHO, José: **Os dez mandamentos do estilo neo-colonial. aos jovens arquitetos**. Architectura no Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, setembro de 1923.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas: 1889-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Belo Horizonte, 1973.

MOURA, Maurício I.P. de: **Documentário Arquitetônico 5: Primeiras casas de Belo Horizonte**. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Belo Horizonte, 1961.

NAVA, Pedro. Balão Cativo, citado no **CD BH 100 Nossa História** – Jornal Estado de Minas.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado: **A influência do movimento da arquitetura moderna no Brasil na concepção do desenho e na formação do arquiteto**. Tese de doutoramento apresentada à faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1991. In.: Cadernos de arquitetura e Urbanismo, PUC-MG, Belo Horizonte, n° 3 p. 11-214 maio 1995.

PASSOS, Luiz Mauro do Carmo, **Edifícios de apartamentos, 1939-1976: formações e transformações tipológicas na arquitetura da cidade**, AP cultural, 1998.

PESSOA, José: **Lucio Costa: documentos de trabalho**.

PIMENTA, R. A. Evolução econômica e populacional. In: IGLESIAS, F.; Paula, J. A Memória da economia da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: BMG, 1987.

PLAMBEL - **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970.** Belo Horizonte (mimeo) 1979.

Prefeitura de Belo Horizonte, Lei nº 363, de 4 de setembro de 1930. Aprova o regulamento Geral de Construção em Belo Horizonte. Minas Gerais, 08 de setembro de 1930.

Prefeitura de Belo Horizonte. Cenas de um Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1996. 2ª edição.

Revista geral dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, Abril/1895.

PROJETO. Mies van der Rohe: Trajetória e Obras Arquitetônicas. Disponível em: < <https://www.projeto.com.br/posts/mies-van-der-rohe/> >. Acesso em 14/12/2023.

SALGUERO, Eliana Angotti. O Ecletismo em Minas Gerais. Belo Horizonte 1894-1930. In: Org. FABRIS, Annateresa. Ecletismo na Arquitetura Brasileira. São Paulo: Nobel; USP, 1987.

SANTIANNA Márcia: **Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica** - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> 26 de março de 2004.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos et alli: **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 1985.

SEGAWA, Hugo: **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990.** São Paulo, Edusp, 1998.

SEGRE, Roberto: **América Latina, fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura.** São Paulo: Nobel, 1991.

SEVERO, Ricardo: **A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo.** O Estado de S. Paulo, 26 de julho de 1914.

SILVA, Luiz Roberto da. Doce dossiê de BH. Belo Horizonte, Gráfica Editora Cedáblio Ltda.

SOUZA, Aberlardo Riedy de: **Arquitetura no Brasil: depoimentos,** São Paulo, Diadorim, EDUSP, 1978.

TEULIÈRES, Roger: **Bidonvilles du Brésil: les favelles de BH.** in: REVUE LES CAHIERS D'OUTRE-MER. Bordeaux: tome VIII, 1955.

UFMG. Álvaro Apocalypse é homenageado com mostra de desenhos e pinturas. Disponível em: < <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/alvaro-apocalypse-e-homenageado-com-mostra-de-desenhos-e-pinturas> >. Acesso em 14/12/2023.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **A família mineira e a arquitetura contemporânea,** O Globo, 31 de janeiro de 1961.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Arquitetura, dois estudos.** 2º ed., Goiânia, MEC/SESU/PIMEG-ARQ/UCG, 1983.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Contradição e arquitetura,** O Estado de São Paulo, 31 de agosto de 1957.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais – IV,** Arquitetura e Engenharia, nº 5, 1947.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Noções sobre arquitetura,** Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1962.

VASCONCELLOS, Sylvio de: **Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro. 1956.

Ver LEMOS, Maurício B. O desenvolvimento econômico de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1993.

WARCHAVCHIK, Gregori, **Terra Roxa e Outras Terras,** São Paulo, 17 de setembro de 1926.

WESTIN, Vera Lúcia Costa. Santa Tereza na construção cotidiana da diferença - um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. Dissertação apresentada ao mestrado de Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 1998.

XAVIER, Alberto (org.): **Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração**, São Paulo: Pini, 1987.